

## O QUEBRA-QUILO.

A revolta dos matutos contra os doutores.  
(1874).

---

*GERALDO IRENÊO JOFFILY*

### I

#### OS BREJOS DA SERRA DA BORBUREMA.

A Serra da Borburema começa em Alagoas e corta de norte a sul Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, formando uma grande chapada com altitude média de 600 metros, que se estende mais ou menos paralela à costa marítima, numa distância variavel de 50 ou 70 quilômetros do mar. A parte oriental da Borburema (lado do mar), bastante úmida, era primitivamente coberta por grandes matas; seguindo-se o “agreste”, que é uma faixa de transição; na chapada ou planalto começa a “caatinga”, cobrindo uma longa extensão de terras semi-áridas até às encostas da parte ocidental, que vão dar no grande sertão, chamado de Alem-Borburema.

As várzeas do litoral nordestino, ricas de humus negro, chamado “massapê”, tinham sido aproveitadas no cultivo da cana-de-açúcar, com espetacular prosperidade dos senhores de engenho, armadores e comerciantes, que participavam dos lucros obtidos na exportação do açúcar para os mercados internacionais.

A partir de 1670, os colonizadores portugueses de beira-mar ou beira-rios, ou seus descendentes, animados de outros propósitos, se iriam preocupar com o alargamento da conquista para o interior, de onde surgiria a agricultura nos brejos da Serra da Borburema, como fonte de abastecimento local. Irenêo Joffily nos dá uma idéia bastante real, do aproveitamento desta nova área:

“Quando os primeiros colonos estabeleceram-se nos sombrios brejos da Borburema, a agricultura entrou em nova fase, alargando-se extraordinariamente o seu campo de ação. Diferia muito do antigo este novo campo da indústria agrícola; estreitos vales, grotas profundas, belas esplanadas de terra vermelha ou roxa, sucediam às extensas planícies de beira-mar; as grandes matas dessa terra virgem em poucos anos se tornariam o celeiro dos sertões nordestinos. Nos terrenos intermediários da caatinga foi iniciada a cultura do algodão, que em pouco tempo tomou vastas proporções, competindo com a da cana de açúcar. A caatinga, tornando-se o centro da indústria do algodão, em poucos anos foi explorada em todos os seus recantos, e as suas propriedades rurais chegaram a rivalizar com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos e pelas construções, como pelos vantajosos lucros.

“As terras dos brejos e sertão do Cariri, sendo simultaneamente descobertas e exploradas pelos bandeirantes, foram por eles pedidas e dadas em sesmarias pelos Capitães-Mores governadores, em recompensa dos serviços da conquista e guerra ao ‘tapuío brabo nas entradas, que contra eles fizeram com risco de vida e dispêndio da sua fazenda’, como alegavam todos os requerentes.

“Até então, todo o interior, a partir das últimas terras cultivadas das várzeas do litoral, eram conhecidas pelo nome de sertão... A pacífica e trabalhosa vida da agricultura nessa parte da Borburema, cheia de alagadiços ou brejos, de que lhe veio o nome, não podia ser apeteçada pelos exploradores do interior, quando ali perto tinham o sertão propriamente dito, com seus campos e suas grandes pastagens, convidando à vida pastoril, tão fácil e mais de acordo com os seus hábitos de ociosidade e de aventuras.

“Os primeiros habitantes dos brejos deviam ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados. É por isso que as primeiras sesmarias foram por eles requeridas no sertão ‘porque tinham necessidade de terras para criar seus gados’, e nos brejos para ‘plantar lavouras afim de suprirem suas fazendas’ ou ‘obter mantimentos para a guerra do gentio brabo...’

“Quando os indígenas ficaram todos reduzidos ou aldeados, e a população, aumentando, foi pouco a pouco perdendo os há-

bitos de vida aventureira, os sítios dos brejos foram adquirindo importância. Iniciou-se o cultivo da cana, que dava tão bem nesses morros de terra vermelha ou roxa como nas várzeas do litoral; foram construídas toscas máquinas de madeiras para extrair-lhe o suco, 'torcedor', na linguagem popular, e a rapadura, esse doce tão apreciado pelos sertanejos, tornou-se em pouco tempo um dos principais produtos dos brejos, além da farinha de mandioca, milho, feijão, favas, fumo, algodão e café.

"As terras aumentaram rapidamente de valor e os sítios foram adquirindo cômodas e sólidas construções, porque os fazendeiros seus proprietários habituaram-se a fazer delas a sua residência de verão. Os descendentes dos primeiros agregados e dos indígenas tornaram-se foreiros dos grandes proprietários; apareceram os primeiros núcleos de população ou povoações e com elas as feiras, que foram o principal motor do comércio interno e do crescente desenvolvimento da agricultura nos brejos...

"O agricultor da Borburema de hoje é o mesmo de cento e cinquenta anos atrás; a rotina tem-se mantido inalterada, os instrumentos de trabalho não passam do machado, foice, enxada e pá. O bárbaro processo das queimadas vai transformando o aspecto e clima desta fértil zona; as matas se acham muito reduzidas" (1).

Os senhores de engenho do litoral dominavam a produção de uma grande área plana com os seus "partidos de cana" a perder de vista; nas encostas da Serra da Borburema, porém, a própria formação geográfica dificultava o controle de propriedades muito extensas, de forma que as plantações eram feitas, de um modo geral, pelo sistema de parceria, onde o dono da terra ficava com a parte do leão, mas, mesmo assim, os colonos ou "moradores", como eram chamados, dispunham de alguma autonomia, inegavelmente superior aos "cabras do eito" nas várzeas canavieiras do litoral.

Nas várzeas do litoral, a monocultura da cana-de-açúcar dificultava o povoamento mais denso da região, o que é bem analisado em um artigo publicado n'*A Regeneração* (jornal da Paraíba), em 16 de outubro de 1861:

"Ninguém ignora o contraste entre os escravos aplicados na cultura do algodão e os de um engenho de açúcar. Os primeiros são abundantemente alimentados com legumes e cereais produzidos

---

(1). — Joffily, *Notas Sobre a Paraíba*, 1892, ps. 115/118.

no mesmo roçado, onde alvejam os casulos de algodão, ao passo que os segundos são alimentados, com grande despesa, de charque e bacalhau, enlanguecem e mirram-se ao peso do serviço. Essas circunstâncias facilitam o emprego de braços livres nos diversos misteres de uma fazenda de algodão, enquanto todos sabemos da invencível repugnância de nossa gente forra para os trabalhos de um engenho de açúcar.

“A cultura do algodão forma a nossa pequena lavoura, proporcionando ao trabalhador recursos por viver com independência, enquanto o lavrador da cana é quase sempre um servo adstrito ao senhor de engenho. Nos municípios de Pilar, Ingá, Bananeiras, Areia, Campina Grande, etc., há ubérrimos terrenos próprios para a plantação do algodão. Com os terrenos próprios de cana, acontece o contrário, não são fáceis de obter e são poucos os municípios que os contem. Daí ter resultado acharem-se ocupados com péssimos engenhos terrenos impróprios para a plantação de cana, produzindo ruim açúcar, quando poderiam dar abundantíssimas colheitas de excelente algodão.

Os trabalhadores de enxada nos brejos da Borburema eram chamados “matutos” porque moravam no mato, longe das vilas ou povoados; andavam descalços e vestidos com calça e camisa de madapolão; não sabiam ler e apenas uma vez por semana apareciam nas feiras das povoações mais próximas, alguns tangendo bestas de carga, com cangalhas e caçoás, e outros carregando sacos nas costas: “matuto de saco nas costas” era termo comum, referido em muitas crônicas para retratar o mais baixo nível social, apenas um pouco acima dos escravos. As feiras eram o único mercado para oferta dos seus produtos e aí tinham de enfrentar os cobradores de impostos e agentes do recrutamento militar.

Com espaço de dois ou três anos, aparecia sempre nos povoados um “padre mestre” em “santas missões”, casando os amigados, batizando os pagãos, recolhendo garruchas, rasgando baralhos e até queimando violas,

“cruelmente dizimadas em autos-de-fé”,

como lamenta Joffily (2).

O principal centro comercial da Borburema era a Vila do Brejo de Areia, elevada à categoria de cidade em 1846, que se orgulhava de ter a maior feira de toda a Província da Paraíba. Sua maior força econômica estava nos numerosos engenhos de rapadura e alambiques

---

(2). — *Ob. cit.*, p. 159.

de aguardente, dominando uma larga faixa de terrenos úmidos; mas a cidade, propriamente dita, dispunha apenas de algumas centenas de casas de pedra e cal em ruas mal alinhadas, seguindo os grotões da Serra. Sua principal igreja era modesta e a melhor prova da vitalidade do seu comércio era o teatro, inaugurado em 1859, com dez camarotes, cem cadeiras e galerias na parte de cima; naquela época, já dispunha de uma banda de música. Esse pequeno teatro ainda funciona e seu interior é de apurado bom gosto.

Em outro vale da Borburema, não muito distante e dominando uma área ainda maior, prosperava a Vila de Bananeiras, com seus roçados de café e fumo. A Vila de Alagoa Grande, no sopé da Serra, ainda estava ligada à freguesia do Brejo de Areia.

No planalto estavam as principais fazendas de algodão, com suas “bolandeiras” para descarregar a lã, tendo como centro Campina Grande, que só chegaria à categoria de Cidade em 1864.

Por uma estatística de 1851 (3), a população de toda a zona da Borburema, na Paraíba, era de 100.954 habitantes livres e 12.576 escravos. Os municípios do litoral, inclusive a capital, tinham apenas 42.989 habitantes livres e 8.768 escravos; enquanto os municípios do sertão somavam 36.536 habitantes livres e 7.129 escravos; Joffily explica essa anômala proporção de escravos no sertão, zona de criação de gado,

“pela fecundidade da raça cruzada, indígena e africana, de que descendiam esses escravos” (4).

Alguns fazendeiros da Borburema também exploravam a própria criação de escravos, além do seu trabalho, como relata Horácio de Almeida:

“O português Jorge Torres havia chegado ao Brejo de Areia ao despontar do século dezenove, ainda bem moço, com algumas economias que amalhara no Recife. Estabeleceu-se no povoado com casa de negócios e bolandeira de descarregar algodão, ao mesmo tempo que se alargava na agricultura e na criação de gado. Construiu o primeiro sobrado da vila, muitas casas de morada, armazens e instalações de beneficiamento de algodão...

“Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanques do Jorge, a poucas léguas do povoado... Nessa fazenda exercia o português grandes atividades, entre as quais a criação

---

(3). — Reproduzida nas *Datas e Notas para a História da Paraíba* por Irineu Pinto, ed. de 1916, vol. 2º, p. 207.

(4). — *Ob. cit.*, p. 153.

de gado e de gente. Possuindo vasta escravaria, mandava para lá as negras de barriga para descansarem e cuidarem dos filhos, enquanto durava o período da mama. Havia na fazenda mucamas encarregadas da criação dos moleques, que só eram chamados ao Brejo quando crescidos, em condições de dar serviço...

“Jorge Torres era a maior fortuna de Areia e não há negar que sempre procedeu com liberalidade. Voluntariamente se ofereceu para construir as obras indispensáveis à criação da vila. Já antes, prestara serviços ao governo, com dispêndio de sua fortuna, na sufocação do movimento revolucionário que conflagrou a Paraíba em 1817. Em avançada idade veio a falecer em 1850, tendo deixado filhos casados e o exemplo de uma vida laboriosa e útil” (5).

Os escravos do nordeste brasileiro, especialmente os dos engenhos da Borburema e fazendas do sertão do Cariri, não eram apenas os de sangue africano. “As entradas para o sertão partiram de Pernambuco ou da Bahia, motivadas sempre pela gana de caçar índios e reduzi-los ao cativeiro”, diz Capistrano de Abreu (6).

O principal campeador dessa região, Teodósio de Oliveira Ledo, arrebanhou os índios genericamente chamados “cariris” e os trouxe para a chapada da Borburema, no local onde nasceria Campina Grande, cometendo tais crueldades que foi “severamente” advertido pelo próprio Rei de Portugal, em carta régia de 16 de setembro de 1699, reproduzida nas *Datas e Notas* de Irineu Pinto (7).

Irenêo Joffily refere-se mais de uma vez ao cruzamento de escravos africanos com escravos índios. Pelos anúncios nos jornais da Paraíba, pouco mais de cem anos depois de subjugados os índios do interior, pode-se constatar uma forte incidência de escravos mulatos ou pardos. Por exemplo:

“Escravo Antônio, acabouclado, com uma orelha furada para argola, 26 anos, alegre e folgazão, muita força, estava hipotecado e fugiu, quem o prender será recompensado” (*Comercial Paraibano*, 16/ab./1860);

neste caso, é bem possível que o devedor relapso tenha favorecido a fuga do seu escravo “alegre e folgazão”; o que mais nos interessa, porém, é que não era negro.

---

(5). — *Brejo de Areia*, p. 25, ed. de 1957.  
25, ed. de 1957.

(6). — *Ensaio e Estudos*, 2a. série, ed. de 1932, p. 274.

(7). — *Ob. cit.*, vol. 1º, p. 93.

“Vende-se uma escrava mulata, boa para casa” (*Comercial Paraibano*, 23/ab./1860).

“Vende-se um mulatinho de 12 anos, próprio para engenho” (*A Regeneração*, Paraiba, 19/out./1861).

“Fugiu escravo, mulato, 22 anos, nariz afilado, cabelos compridos, un tanto ruivos”. (*A Regeneração*, Paraiba, 15/jun./1862).

“Fugiu um escravo quase branco, bem falante...” (*O Tempo*, Paraiba, 20/jul./1865).

“Fugiu do sítio Olho d’Água, no termo do Ingá, um escravo de nome Vitoriano, cabra, idade 25 anos, com barba na ponta do queixo, cabelos carapinhos. Como pode suceder que este escravo se resolva a assentar praça, previne-se ao encarregado do alistamento de voluntários”. (*O Publicador*, Paraiba, 18/jun./1860).

Nesta época, o Brasil estava em guerra com o Paraguai. Em 4 de agosto de 1870, o mesmo jornal reproduz um artigo publicado n’*A Reforma* do Rio de Janeiro,

“denunciado o fato vergonhoso de voltarem ao cativo alguns Voluntários da Pátria, recebendo o castigo aviltante de açoites, com que foi recompensado mais de um deles”.

No momento, o que mais nos interessa é que era um mestiço: “cabra”.

“Vende-se uma escrava mulata de 15 anos, vista agradável...” (*O Publicador*, Paraiba, 14/set./1868).

“Fugiu o escravo Francisco, cabra de idade de 30 anos, intitula-se livre” (*Jornal da Paraiba*, 29/out./1870).

“Fugiu o escravo Cesário, de 19 anos, mulato claro, presença simpática, nariz afilado, cabelos carapinhos e vermelhos, pés cicatrizados de bichos, supõe-se ter tomado o caminho do sertão onde nasceu e foi criado”. (*Jornal da Paraiba*, 24/jan./1871).

“Fugiu do vapor Bahia o escravo Luiz, mulato 21 anos de idade, dentes limados, alto e com cabelo corredo”. (*O Publicador*, Paraiba, 13/ag./1872).

“Escrava Agrícola, 30 anos, fugiu com um filho de 10 anos de cor fulva e outro de 16 anos de cor parda. Pertencem a Manuel Carneiro da Cunha”. (*Jornal da Paraiba*, 3/jul./1874).

“Sendo escuros, pagam-se bem, na rua Conde d’Eu n° 88, os escravos de 14 a 16 anos de idade”. (*Jornal da Paraiba*, 15/set./1874).

Este anúncio foi mantido, em letras gordas, nos doze números seguintes do mesmo jornal, isso nas vésperas do levante dos Quebrado-Quilo. E por que este mercador de escravos preferia os “escuros”?

“Vende-se uma escrava parda de 15 anos de idade, quem pretender dirija-se a esta tipografia”. (*Jornal da Paraíba*, 25/set./1874).

“Fugiu de bordo do vapor Bahia o escravo Raimundo, pardo, que pode passar por livre. Ia do Ceará ao Rio de Janeiro para vender-se”. (*Jornal da Paraíba*, 15/set./1874).

Este anúncio foi repetido até o dia 25 do mesmo mês. E teria Raimundo conseguido libertar-se dos mercadores de escravos? Teria obtido alguma ajuda das organizações abolicionistas, que já funcionavam, ativamente, tanto no Ceará (com maior força) como na Paraíba? De concreto, fica apenas comprovado o mercado de escravos nordestinos para o sul do País, inclusive

“alguns pardos que poderiam passar por livres” —

e é bem possível que o fossem realmente. Nesta época, a *Gazeta Jurídica* do Rio de Janeiro publicava dezenas de acórdãos dos Tribunais de Relação e Supremo Tribunal a respeito das chamadas “ações de liberdade”, onde aparecem, em todas as províncias, alguns advogados idealistas procurando esclarecer duvidosos “registros” sobre escravos.

Não encontramos, nas bibliotecas da Paraíba, nenhuma coleção completa dos primeiros jornais. Sabemos que em 1828 teve início a *Gazeta Paraibana*, dirigida por Antônio Borges da Fonseca (o Praieiro) até 1829, quando foi preso, porque assim é registrado no *Dicionário Bibliográfico* de Sacramento Blake. Na Paraíba, encontramos apenas alguns volumes anuários esparsos, a partir de 1860, que são os já referidos, podendo-se constatar, porém, que nos anúncios publicados, a proporção era de três referências a escravos mulatos, acabocladados, cabras ou pardos, para cada referência a escravos negros ou crioulos.

O bacharel João Florentino Meira de Vasconcelos, que foi o mais notável político paraibano do II Império, chegando a deputado, senador, Presidente da Província de Minas Gerais e até Ministro da Marinha, fez os seguintes comentários a respeito do mercado de escravos:

“É sabido que a escravatura do norte está emigrando em grande escala para o sul... Está fugindo a escravatura para o sul aos milhares por ano, e por esta forma a lavoura do sul vai pouco a pouco refazendo seus braços. O escravo que vem é moço, sadio, de bonita figura; é, finalmente, o bom trabalhador, nem o lavrador do sul o compraria em outras condições...”



No sul encontra-se para o escravo um bom preço, no norte o preço é insignificante, porque não há capital nem procura” (8).

## II

### “A LEI DO CATIVEIRO” E O “RONCO DA ABELHA”.

Os registros dos nascimentos e óbitos eram feitos nos livros paroquiais; a certidão de batismo era a certidão de idade para todos os efeitos e a melhor prova de que fulano era filho de beltrano, nascido livre ou escravo. Não havia motivos para duvidar da palavra dos vigários, sacramentada pela religião em que todos acreditavam.

O Decreto Imperial de 18 de junho de 1851, regulamentando a Lei de 6 de setembro de 1850, foi a primeira tentativa do Governo Imperial para obrigar o registro dos nascimentos e óbitos

“nos livros dos cartórios, a cargo dos escrivães dos juízos de paz dos respectivos distritos”.

Esta lei representa, sem dúvida, o início das restrições opostas pelo Estado à sua “religião oficial”, que se pretendia afastar de um serviço burocrático da maior importância pelo controle e contacto obrigatório com todo o povo. O registro dos casamentos permaneceu com as paróquias, até o Decreto republicano de 24 de janeiro de 1890, que tanta celeuma provocou.

Ao que tudo indica, a obrigatoriedade dos registros de nascimentos e óbitos em repartições leigas não agradou aos párocos; é bem possível que muitos vigários e missionários da Serra da Borburema tenham amaldiçoado, nos seus sermões, aquele ato do Governo.

Os registros de nascimentos e óbitos em livros do Estado era uma medida que de há muito se impunha, mas não há dúvida que a sua redação, em alguns detalhes, vinha por em sérios riscos os homens do povo, como por exemplo:

“Art. 7º — São obrigados a fazer a participação do nascimento: . . . § 4º — O senhor do escravo recém-nascido ou o administrador da casa, fazenda, ou qualquer estabelecimento rural, ou pessoa por eles autorizada. . . Art. 8º, § 2º — Se for escravo o recém-nascido, será declarado o nome do senhor. . .”

Com tais facilidades, pode-se imaginar o campo aberto para toda sorte de fraudes, especialmente nos brejos e chapadas da Serra da

---

(8). — Discurso na Câmara dos Deputados em 24 de março de 1879.

Borburema, onde muitos fazendeiros e senhores de engenho faziam criação de escravos, mestiços de índios e africanos, com mercado certo para o sul do País, como foi demonstrado no capítulo anterior.

Diz Joffily que

“essa população serrana, ignorante e imbuída de prejuízos, rebelou-se contra a lei censitária, em 1852, que chamaram “lei do cativeiro”, movimento que ficou conhecido na crônica local pelo nome de “Ronco da Abelha” (9).

Na verdade, os matutos da Serra da Borburema não se poderiam aperceber da política do Império para maior controle burocrático da população, mas bem sabiam dos riscos a que ficaram sujeitos com a nova lei. No seu relatório à Assembléia Provincial, o próprio Presidente da Província da Paraíba reconhece

“que a Lei não foi acomodada à dispersão da população por imensas distâncias do nosso País e a outras circunstâncias embaraçosas, reconhecidas posteriormente na execução da mesma Lei... espalhando-se a notícia de que o fim do registro era o cativeiro dos homens de cor ” (10).

O jornal *Argos Paraibano*, de 26 de fevereiro de 1852, descreve o movimento dos matutos e assim conclui:

“O regulamento acerca dos nascimentos e óbitos não tem, em verdade, o fim que lhe há atribuído a ignorância e credulidade popular, mas é inegável que ele não pode ser de forma alguma executado sem graves inconvenientes” (11).

Imaginemos uma mulher moradora em terras de determinado engenho ou fazenda de algodão, que ao morrer deixa filhos menores de pais desconhecidos. Quem evitaria o registro de óbito desta mulher como escrava, e o registro de nascimento dos filhos também como escravos?

Pelos relatos oficiais, a rebelião dos matutos da Serra da Borburema contra a referida Lei de Registros rebentou, nos primeiros dias de fevereiro de 1852, nas vilas e povoações de Pernambuco, situadas no sopé da serra, com o nome de “Movimento dos Marimbondos”, alastrando-se pelas vilas e povoações serranas da Paraíba com força maior e já com o nome de “Ronco da Abelha”.

---

(9). — *Ob. cit.*, p. 187.

(10). — *Datas e Notas para a História da Paraíba*, vol. 2<sup>o</sup>, p. 210.

(11). — *Ibidem*.

Cada povoação ou vila tinha o seu dia de feira, de modo a não prejudicar as feiras das localidades vizinhas. Os matutos saíam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros os mais diversos, desde o milho e o feijão até as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas igrejas ou capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras.

Na primeira semana de fevereiro de 1852, o assunto de todas as feiras nos brejos e chapadas da Serra da Borburema já era a nova Lei do Governo, obrigando o registro dos nascimentos nos cartórios, onde ficaria constando se o menino seria considerado livre ou escravo; correndo notícias de que alguns registros já tinham sido feitos de modo arbitrário, e é bem possível que fosse verdade, pois diz o Presidente da Província da Paraíba

“que algumas autoridades daqueles lugares representaram a este governo acerca de certas dificuldades na prática do Regulamento Imperial; mas em data anterior eu já havia tomado algumas providências, e com elas a Lei foi executada, tanto quanto possível, ficando ilesas naquelas paragens a tranquilidade pública” (12).

Na Paraíba, quase ao mesmo tempo, surgiram tumultos nas feiras de Alagoa Grande, Guarabira, Areia, Araruna, Ingá, Fagundes, Campina Grande e Alagoa Nova:

“grupos de 300 e até 600 matutos armados de cacetes, as mulheres com pedras no seio”,

exigiam das autoridades os livros de registro, para que os padres verificassem o que chamavam

“papel da escravidão” (13).

Em algumas localidades os destacamentos policiais foram domidos, e em outras os matutos obtiveram os esclarecimentos exigidos, mantendo-se alvoroçados, mas sem que houvesse qualquer referência a prejuízos materiais ou ferimentos graves. Na vila do Ingá, o delegado de polícia procurou reagir, fugindo em seguida; o encarregado do cartório recusou a entrega dos livros, sendo o prédio arrombado.

---

(12). — *Ibidem.*

(13). — *Ibidem.*

Na época, era Presidente da Província da Paraíba o pernambucano Antônio Coelho de Sá Albuquerque,

“um dos raros que envidaram libertar a Paraíba do marasmo secular”, diz José Américo (14).

Sá Albuquerque era, na verdade, um homem de grande tirocínio, chegando a Ministro do Império na pasta da Agricultura (1862); como Presidente da Província da Paraíba (1851-1853), revelou excepcionais qualidades de administrador, trazendo os primeiros arados de ferro para os engenhos de açúcar e encarregando o engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba de incentivar a construção de rodas d'água para moer cana.

A respeito do algodão, diz ele:

“Seria acertado mandar buscar, em algum país estrangeiro, uma máquina mais perfeita do que os velhos engenhos”.

Referia-se às bolandeiras para descaroçar algodão, feitas de madeira.

Foi ainda Sá Albuquerque quem recomendou ao Imperador a educação de um menino de 11 anos, do Brejo de Areia, que seria o famoso pintor Pedro Américo, além de iniciar a construção do teatro da Capital e contratar os serviços do naturalista francês Jacques Brunet.

Sá Albuquerque tinha visitado os brejos da Borburema poucos meses antes de surgir o movimento rebelde Ronco da Abelha. Pelo visto, bem conhecia a índole dos matutos, e não se pode negar que agiu com serenidade:

“Espalhou-se a idéia de que a finalidade do registro era o cativoiro dos homens de cor (diz Sá Albuquerque), e em alguns espíritos fracos subiu à altura do fanatismo. Nos primeiros dias tive comunicação de que na Província de Pernambuco o povo armado opunha resistência à execução do dito decreto, cometendo em seu desatino atrocidades contra homens pacíficos, desobedecendo formalmente às autoridades e praticando atos de loucura e selvageria.

“Poucos dias depois chegaram-me comunicações oficiais de que nas vilas de Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande, o povo, desrespeitando as autoridades, cometia desatinos. Naturalmente, amigo do povo e mais condoído de seu erro de que desejoso de sua perseguição e martírio, mandei instruções às diferentes autoridades no sentido de ser destituído esse fatal prejuízo com o emprego de meios brandos e suasórios.

“Infelizmente, porem, em alguns lugares o emprego desses meios não foi suficiente e as autoridades, interpretando as ins-

---

(14). — *A Paraíba e seus Problemas*, ed. de 1923, p. 214.

truções que lhes transmiti, fizeram uso moderado e prudente dos meios de força e conseguiram restabelecer a ordem pública já gravemente alterada.

“Na vila do Ingá a casa do delegado e de outros distintos cidadãos amigos do governo foram invadidas por bandos de amotinados. Por minha ordem e munido de instruções convenientes, o digno juiz de direito da comarca dirigiu-se àquela vila e fez serviço de grande mérito. Deixou a população daquele lugar quieta; mas as idéias da época eram de inquietação e as promessas de sossego foram depois de poucos dias esquecidas.

Então fiz partir desta capital para lá o Chefe de Polícia com um destacamento de 20 praças de polícia e 50 soldados de linha” (utilizando animais apreendidos aos pobres matutos, esclarece o *Argos Paraibano*, “ao mando do valente militar o major do exército Antônio de Deus Costa. A presença do circunspecto magistrado encarregado da polícia apoiada na força pública, foi muito benéfica naqueles lugares; prontamente debandaram-se os grupos e o termo entrou nas vias ordinárias de tranquilidade e paz.

“Em Campina Grande apareceram disturbios em algumas vilas, mas as autoridades ostentavam o seu carater público e coadjuvando-se reciprocamente, conseguiram chamar o povo à obediência, perdoando-lhe esses desvarios, que não tinham a feição de crimes individuais.

“Pelo estudo que fiz dos acontecimentos, pelas informações oficiais e extra-oficiais que colhi no meu gabinete e nos próprios lugares que ultimamente visitei (continua Sá Albuquerque), estou convencido de que os movimentos populares nesta província não foram o resultado de um plano político anteriormente concebido e meditado e calculadamente executado.

“Se é certo que homens oposicionistas apareceram no número dos amotinados, ou estiveram em perfeita relação com eles, se é ainda certo que quase na totalidade os iludidos e fanáticos aceitavam dóceis a ascendência dos homens da opposição, não é também menos certo que os homens mais distintos e considerados, que representavam a opposição, reprovaram ostensivamente esses excitamentos, embora no remanso de seus gabinetes e com seus amigos folgassem com os embaraços do governo.

“Crer que o preconceito não viveu vigorosamente no espírito do povo é recusar a verdade dos fatos; acreditar também que não havia da parte de certos homens interesse em conservar

o povo nesse erro, interesse que pôs termo ao temor da perseguição, é imbecilidade... Eis como explico a origem desses movimentos” (14).

Em offício ao Ministro da Justiça, diz mais o mesmo Sá Albuquerque:

“No dia 16 do próximo findo fevereiro, um grupo de indivíduos, maior de cem homens, invadiu a vila do Ingá, sob pretexto de se opor à execução do Regulamento para registro dos nascimentos, cometendo alguns excessos, quebrando alguns móveis do cidadão Ladisláo Hortêncio Cabral de Vasconcelos (responsável pelo cartório de registros), cuja casa violentaram para poder entrar.

“Logo que tive notícia de tão desagradavel acontecimento, fiz marchar uma força de 50 praças de linha e polícia sob o comando do major Deus e Costa, e ordenei ao capitão de polícia Elísio de Gouvea, que se achava com 20 praças em Natuba, que para ali também marchasse, assim como mandei ao Dr. Chefe de Polícia que para ali seguisse e fizesse todo o possível para por meios brandos dispersar e desarmar aquele grupo de iludidos, ou no caso de resistência, dispersa-los a viva força, desarma-los e prende-los.

“Com data de hoje recebi um offício daquele Chefe de Polícia, comunicando que os revoltosos, apenas souberam da aproximação da força se haviam retirado, já alguma coisa dispersos, para a Serra Redonda, donde muitos se têm retirado e outros entregando as armas, pedindo um salva-guarda para não serem presos e perseguidos. Tenho bem fundadas esperanças de que muito em breve será de todo restabelecida a tranquillidade pública, mas apesar disto estou resolvido a conservar ali por algum tempo um forte destacamento para evitar novas tentativas... O destacamento estacionado na cidade de Areia subiu para Campina e Alagoa Nova, onde têm aparecido algumas pequenas desordens.

“No dia 15, em Alagoa Grande, depois da feira, quando muitos indivíduos costumam estar tomados de embriaguez, seis ou oito indivíduos rixaram com uma patrulha de paisanos que policiava, e depois de alguns tiros, dos quais apenas resultou o leve ferimento de um destes, fugiram os desordeiros e acham-se quatro presos, inclusive o cabeça, e mais outros occultos.

“Em Alagoa Nova, no mesmo dia, apresentaram-se alguns indivíduos armados e depois de alguns insultos e arruaças im-

punes pela fraqueza das autoridades, rixaram entre si, resultando o ferimento de um deles... Pelas providências que tenho dado, espero que em breve cessarão as desordens, supostas a princípio como mais sérias. Deus guarde V. Excia. 26 de fevereiro de 1852". Ass. Antônio Coelho de Sá Albuquerque (15).

O *Argos Paraibano*, jornal de Felizardo Toscano de Brito (de quem adiante falaremos), órgão da oposição na Paraíba, dá a mesma versão dos acontecimentos e salienta:

"Entendemos que o povo está em seus direito, quando procura por meios pacíficos fazer com que se não execute uma lei, que julga ser má e prejudicial aos seus interesses e as autoridades têm a obrigação de mostrar as vantagens dessa lei e desvanecer as prevenções do povo. Desaprovamos inteiramente qualquer excesso, qualquer abuso, quer da parte do povo, quer das autoridades. O governo da Província sabe que deve-se aos esforços da oposição, aos esforços dos nossos amigos, não ter esse movimento tomado um caráter mais sério; custa a compreender como *O Governista* animou-se a acusar a oposição por tais fatos" (16).

Sá Albuquerque solicitou ainda o auxílio dos missionários capuchinhos, que subiram a Serra da Borburema, aquietando os matutos e anunciando a revogação da Lei de Registro, o que era verdade: pelo Decreto de 29 de janeiro de 1852, o Governo Imperial já havia

"suspendido a execução do regulamento para o registro dos nascimentos e óbitos".

Os registros paroquiais continuariam até 1889, quando passou a vigorar a nova legislação,

"regulamentando o registro civil dos nascimentos e óbitos".  
(Decreto de 7 de março de 1888).

### III

#### O RECRUTAMENTO DOS MATUTOS E A SITUAÇÃO DOS ESCRAVOS NAS VÉSPERAS DA REVOLTA DOS "QUEBRA-QUILOS".

Durante muitos anos, o serviço militar foi imposto de modo violento e arbitrário, representando um constante pesadelo para os matutos da Serra da Borburema e sertões nordestinos; Pereira da Costa

---

(15). — *Ibidem*.

(16). — *Ibidem*.

nos dá uma amostra desse fantasma, refletido no cancionero popular, cantado em 1851:

“Água Preta, adeus, adeus,  
Não sei quando te verei,  
Vou recrutado p’ro sul  
Contra a razão, contra a lei.

Deixo esposa que me ama,  
Deixo filhinhos menores,  
Muitos parentes e amigos  
Deixo por teus arredores.

Livre nasci, livre sou,  
Militei com Pedro Ivo,  
Porem p’ra ser recrutado  
Não julgo isto motivo.

Em um colete de couro,  
Preso no tirão comprido,  
Marcho de pé p’ra cidade,  
Como se fora um bandido.

Água Preta, adeus, adeus,  
Não sei quando te verei,  
Vou recrutando p’ro sul  
Contra a razão, contra a lei” (17).

Do outro lado do Rio da Prata, Martin Fierro chorava as mesmas mágoas:

“He servido en la frontera  
En un cuerpo de milicias;  
No por razon de justicia  
Como sirve cualesquiera.

Y sufrí en aquel infierno  
Esa dura penitencia  
Por una mala querencia  
De un oficial subalterno...”

(Jose Hernández — 1872).

Desde muito antes e até muito depois da guerra com o Paraguai, todo matuto nordestino tinha pavor de ser recrutado para servir nas “tropas de linha”, que combatiam no sul do País ou ficavam aquarteladas nas fronteiras.

---

(17). — *Folk-Lore Pernambucano*, ed. de 1908, p. 323.



“O recrutamento é uma arma para satisfazer vinganças”, reclamava *O Comercial Paraibano* de 26 de março de 1860; qualquer animosidade entre o trabalhador rural e o potentado senhor de terras podia ser sumariamente resolvida pelo recrutamento. A única maneira de escapar era “cair no cangaço”.

Na *Gazeta do Sertão* (Campina Grande) de 16 de outubro de 1888, Irenêo Joffily ainda batia na mesma tecla:

“Acha-se aterrada a população do interior com a notícia ultimamente espalhada de que está aberto o recrutamento, essa arma terrível nas mãos de autoridades ignorantes e vingativas... O que significam as prisões que estão sendo efetuadas a esmo nas diversas localidades do sertão, sob o nome de recrutamento?”

Voltando ao mesmo assunto na edição de 30 de novembro:

“É a este flagelo público que devemos a perseguição que se faz aos cidadãos sob pretexto de recrutamento, chegando já a perseguição a aterrar o próprio governo, que reconhece abuso por parte da polícia, e para prova oferecemos o aviso abaixo transcrito, que o Ministro da Justiça expediu às presidências de províncias:

‘Repetindo-se as queixas por abuso no recrutamento, serão provadas, pelos meios verossímeis, nos casos em que os recrutas foram imediatamente julgados incapazes, sofrendo, além do vexame da captura, o dano da privação do trabalho de que tiravam subsistência para si ou por ventura para sua família; recomendo a V. Excia. de lembrar às autoridades encarregadas do recrutamento, que incorrem em responsabilidade criminal pelo abuso que cometerem, prendendo cidadãos reconhecidamente isentos ou incapazes”.

Na guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870), o recrutamento tomou o nome de “alistamento dos voluntários da Pátria”. Na Paraíba, o jornal *O Tempo*, do dia 9 de janeiro de 1865, noticia:

“Tropas sêguem para o Sul, notando-se imenso eutusiasmo nos soldados”;

mas já na edição de 20 de março reclama contra

“o abuso no recrutamento dos voluntários e clamor das famílias”.

No dia 29 de maio diz que

“novo espetáculo aflitivo presenciou esta Capital, com a entrada do destacamento policial, que trouxe do Pilar cerca de 30 guardas nacionais para o destacamento de guerra, todos de gargalheira ao pescoço. O cortejo de mulheres e crianças que acompanhou o mesmo destacamento, em seguimento de seus maridos e pais, visto que muitos desses guardas acorrentados são casados, sobrecarregava ainda mais de pungentes cores o quadro melancólico”.

No dia 20 de julho anuncia o mesmo jornal

“que chegam de Souza voluntários da Pátria com gargalheiras e grilhões”,

o que vem repetido em 7 de setembro:

“Recrutas acorrentados pelo pescoço com gargalheiras”.

E no dia 12 de outubro:

“Recrutas, recrutas a todo o transe, não se fala mais em voluntários, cujo termo parece que caducou”;

a crítica contra os abusos no recrutamento não impedia o fervor patriótico, e o mesmo jornal anuncia

“um — *te deum* — na Matriz pela restauração da cidade de Uruguayana, com banda de música e foguetes”.

Em algumas localidades da Serra da Borburema houve resistência ao recrutamento, como noticia *O Tempo* de 15 de maio de 1865:

“No dia 4 do corrente, na serra do Lagomá, distrito de Bananeiras, deu-se gravíssimo conflito entre grande número de indivíduos e uma escolta encarregada de efetuar a prisão de alguns guardas nacionais para o destacamento de guerra; haviam quase 200 homens em armas, correndo ao lugar o capitão Antônio Cândido com 100 homens, em auxílio de uma escolta de cujo poder haviam os amotinados tomado 3 presos”.

Como já salientamos, as coleções de jornais da Paraíba dessa época estão muito desfalcadas, mas, ao que tudo indica, durante toda a guerra do Paraguai o recrutamento, chamado “imposto de sangue”, serviu de pretexto a muitas perseguições. A Província da Paraíba tinha como presidente um elemento do Partido Liberal, e o *Jornal da Paraíba*, órgão do Partido Conservador, de 30 de novembro de 1867, reclamava contra

“o sistema de recrutamento com o qual é açoitada a segurança de todos os cidadãos. Acobertados com a capa de urgências da guerra (diz o órgão conservador), as autoridades progressistas (quer dizer liberais) se têm tornado o ecúleo das perseguições arbitrárias... De todos os impostos que pesam sobre um país, nenhum é pior do que o imposto de sangue, quando feito por meio da violência e da vingança... Não há um só ponto da Província onde o asilo do cidadão seja respeitado...”

“O recrutamento, que devera ser promovido com atividade e mesmo severidade, tem sido empregado, a cada passo, como instrumento de ódio”. (*Correio Mercantil*, janeiro de 1867).

Terminada a guerra com o Paraguai, veio uma recomendação do Governo Imperial para abrandar o recrutamento, de modo a não prejudicar a lavoura. Nesta época, já estava como Presidente da Província da Paraíba o Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (depois barão do Abiahy), que tinha idéias próprias sobre o assunto, como se vê no seu relatório à Assembléia Provincial, de 7 de agosto de 1874:

“Recrutamento — Entendia, como entendo ainda, que se deve proceder com a maior moderação ao odioso e sumamente ingrato serviço de recrutamento, que é o meio de tornar menos repugnante este imposto de sangue e provocar menos clamores. O estado em que encontrei a Província, relativamente à segurança individual e de propriedade, obriga-me a outra linha de conduta, mantendo a máxima severidade neste serviço, visto como, pela falta de trabalho e ocupação honesta é que a população ignara procura atentar contra aqueles tão apreciáveis direitos da sociedade. E não me enganei. Com efeito, devo o grande melhoramento na segurança individual e de propriedade, além das prisões e punições dos delinquentes, à severidade com que tenho procedido no recrutamento, fechando os olhos às mais poderosas considerações e procurando cumprir, religiosamente, os meus árduos deveres.

“Durante a minha administração (continua o Dr. Silvino Elvídio) já foram presos para o recrutamento 250 indivíduos, 50 assentaram praça no Exército, 12 na Marinha e 150 foram para a Polícia; por isenção legal foram postos em liberdade 2, por incapacidade física 16, por motivos atendíveis 12, 7 removidos para a cadeia por terem a nota de ladrões de cavalo e 2 para a enfermaria.

“Tem-se dado em minha administração (diz o Dr. Silvino), três tomadas de recrutas do poder das escoltas. Hei de manter o máximo rigor em sua repressão, visto como, infelizmente, tenho

conhecido que eles tendem a tomar um certo desenvolvimento, se porventura não forem embaraçados em sua marcha ascendente” (*Jornal da Paraíba* de 11 de agosto de 1874).

Três meses depois rebenta, na Serra da Borburema, a revolta dos matutos, que se iria celebrar com o nome de Quebra-Quilo.

“Os Carneiro da Cunha, fundadores do Partido Conservador na Paraíba, de há muito dominavam a província, increpados de estreitos e retrógrados”,

como diz o historiador paraibano Celso Mariz, que faz o possível para defende-los de tais acusações (18).

Em oposição ao Partido Conservador, vamos encontrar o chefe do Partido Liberal, Felizardo Toscano de Brito, muito ligado ao já referido João Florentino, chegando, com auxílio deste, a dominar o governo da Província, em breves oportunidades (1864-1865), “realizando fecunda administração”, como reconhece Celso Mariz (19) e fundando o *Argos Paraibano* e depois *O Despertador*, jornal de idéias avançadas, defendendo com ardor a abolição da escravatura.

Como foi dito no cap. II, por ocasião do Ronco da Abelha, estava como Presidente da Província da Paraíba Sá Albuquerque, homem de formação cultural e ideológica bem diversa da do Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha; enquanto o primeiro procurou melhorar a agricultura dos brejos, o segundo

“autorizava um empréstimo de 300 contos, a juros de 8% ao ano e amortização de 10% a ser aplicado no pagamento da dívida passiva da Província” (*Jornal da Paraíba*, 31 de agosto de 1874).

Sá Albuquerque, como Beaurepaire Rohan ou Frederico Carneiro de Campos, nomes de notoriedade nacional, quando presidentes da Província da Paraíba, assinavam os atos oficiais sem qualquer referências aos seus títulos e comendas; o Dr. Silvino Elvídio, porém, fazia constar em todos os atos oficiais da presidência da província da Paraíba, algumas centenas, o seguinte cabeçalho:

“O Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, bacharel formado em ciências jurídicas e sociais pela Academia de Olinda, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e Presidente da Província da Paraíba, resolve etc.”

Nenhuma professorinha ou cabo de polícia eram nomeados sem esta vã ostentação.

---

(18). — *Apanhados Históricos da Paraíba*, ps. 219, 223 e 224, ed. de 1922.

(19). — *Ibidem*.

Alem do anúncio já referido no cap. I, o *Jornal da Paraíba* publicou este outro, em doze números seguidos, a partir de 2 de agosto de 1874:

“Compram-se escravos de ambos os sexos, de idade de 12 anos para cima, rua Visconde de Inhauma nº 27”.

O mesmo jornal, em setembro de 1874, aplaudia o ato administrativo do Dr. Silvino Elvídio, que permitiu o registro de alguns escravos depois de decorrido o prazo fixado pela Lei do Ventre Livre, entrando em polêmica com *O Despertador*.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, estipulava, no seu art. 8º:

“O governo mandará proceder à matrícula de todos os escravos existentes no Império, anunciando o prazo em que deve encerrar-se. Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão considerados livres”.

Nos últimos dias do prazo, aparece, na repartição competente da Capital da Paraíba, Manoel Soares, sobrinho de Ana Joaquina, para matricular os escravos de sua tia, octogenária. O funcionário recusa-se a atendê-lo, alegando que o sobrinho não tinha procuração de sua tia, além do que era público e notório que a velha senhora pretendia dar alforria aos seus escravos. Alguns dias depois volta o sobrinho, já munido da procuração de sua tia, e o funcionário recusa-se a atendê-lo por estar esgotado o prazo.

No recurso administrativo, o Presidente da Província resolveu admitir o registro dos referidos escravos de D. Ana, sob alegação de que

“a omissão teria sido do funcionário”.

*O Despertador* toma a defesa dos escravos, como se vê pela resposta do *Jornal da Paraíba* de 6 de outubro de 1874:

“*O Despertador* não tem razão nas suas acusações ao Presidente da Província, o ato de S. Excia. foi mais uma prova do seu respeito ao direito de propriedade, que não é nem pode ser somenos ao da libertação dos escravos”.

*O Despertador* deve ter replicado e o *Jornal da Paraíba* de 17 do mesmo mês vem com a seguinte saída:

“O Dr. Procurador Fiscal lembrou, para solução do caso, a proposição de uma ação ordinária...”

Na mesma época toma vulto o caso do escravo Serafim, que vem rolando desde 1872: o escravo Serafim foi condenado pelo Juri de Mangape (Paraíba) à pena de 300 açoites, por ter assassinado outro escravo, devendo a pena ser aplicada em dias alternados. Depois de aplicados 200 açoites, 50 por dia, alternados, o dono do escravo Serafim pede que se tenha a pena por cumprida, pois estava o paciente em tão lamentavel estado, que iria morrer se recebesse mais açoites; juntando como prova um atestado médico.

O juiz de direito aceita os argumentos e ordena a entrega do escravo ao seu dono, que ficaria obrigado a trazê-lo sob grilhetas; mas o juiz municipal, encarregado de fiscalizar a aplicação da pena, recusa-se a observar a decisão do seu colega, apresentando o laudo de outro médico, pelo qual o escravo estaria em condições de suportar os restantes 100 açoites.

O caso apaixona a opinião pública e a *Gazeta Jurídica* do Rio de Janeiro, de 27 de julho, 10 de agosto e 17 de agosto de 1873, publica o longo acórdão do Tribunal da Relação de Pernambuco (com jurisdição sobre a Paraíba), decidindo, por unanimidade, pela aplicação de todos os açoites (o desembargador Santiago foi presidente e votaram os desembargadores Souza Leão, Gitirana e Dória).

Os partidários do escravo Serafim formulam um pedido de indulto ao próprio Imperador e dão entrada a um requerimento de *Habeas Corpus* em favor do escravo Serafim, para que os açoites não sejam aplicados antes de decidido o pedido de graça. *O Despertador* toma a defesa do escravo Serafim, enquanto o *Jornal da Paraíba* de 18 de setembro de 1874 vem com os seguintes argumentos:

“*O Despertador* quer que a execução da sentença deva esperar a decisão do recurso de graça; mas, justiça de Deus! O recurso de graça não suspende a execução da sentença de açoites e o juiz municipal da comarca, Dr. Juvenal Rodrigues da Silva, providenciou, como convinha, sobre o modo de aplicar aquela pena, conciliando-se o rigo: da lei com os princípios de humanidade. Errou o juiz de direito, Dr. Vitorino Rego Toscano Barreto, quando tentou embaraçar a execução da sentença, dizendo, maliciosamente, que o juiz municipal tinha pressa de ver o sangue correr das nádegas do escravo Serafim, quando ele é quem estava com pena de ver devida e justamente punido o escravo criminoso”.

IV

ATUAÇÃO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DA PARAIBA  
NA REVOLTA DOS “QUEBRA-QUILOS”.

O *Jornal da Paraíba*, de propriedade do Dr. Silvino Elvídio, anunciava, com insistência, a

“compra de escravos de ambos os sexos de mais de 12 anos de idade”,

e, tanto no caso do registro como no caso dos açoites, coloca-se contra os escravos. O recrutamento militar arbitrário, que era o pavor dos matutos, era para o Dr. Silvino, Presidente da Província,

“o melhor remédio para defender a propriedade, ameaçada pela falta de trabalho da população ignara... além das prisões e punições dos delinquentes...”

Deste modo,

“agindo com severidade e fechando os olhos às mais poderosas considerações”,

como diz ele próprio, só no primeiro semestre de 1874,

“prende 250 indivíduos para o recrutamento”, provocando a “retomada de 3 recrutas do poder das escoltas”, e arremata: “hei de manter o máximo rigor em sua repressão, visto como tenho conhecido que a retomada de presos tende a tomar um certo desenvolvimento” (Ver cap. III).

Como se não bastasse o “repugnante imposto de sangue”, como é referido o recrutamento pelo próprio Dr. Silvino, vem a majoração do “imposto do chão”, que era cobrado nas feiras a um tostão por carga; e ainda por cima de tudo isso a imposição do sistema métrico, com novos pesos e medidas, dificultando os cálculos e dando pretextos para operações desfavoráveis às partes economicamente mais fracas.

No dia 31 de outubro de 1874 começa a revolta dos matutos, e no dia 11 de novembro o *Jornal da Paraíba* dá a seguinte notícia:

“O conflito preparado pelo *Despertador*, mas que não tem por ora a importância que se lhe atribui, é oriundo dos atos de seus próprios correligionários de Campina; por isso servem-lhe de pretexto os impostos municipais da Câmara daquela cidade. O que se quer é levantar poeira e ferir a atual administração. As providências já estão tomadas e a esta hora as coisas terão chegado a seus devidos eixos”.

Ao contrário do que imaginava o governo da Província, o protesto dos matutos alastrou-se por todos os brejos e chapadas da Borburema, desde o Rio Grande do Norte até Alagoas.

No mesmo jornal é publicada a seguinte lei da Assembléa Provincial:

“Fica autorizado o Presidente da Província a conceder a qualquer empregado provincial, que exhibir motivos justos, licença até seis meses, com vencimentos ou sem eles, usando desta faculdade dentro do prazo de três meses, a contar da presente lei”.

Esta lei revela o clima de favorecimentos arbitrários, criticado pelo *Despertador*.

Só no dia 14 do mesmo mês volta o *Jornal da Paraíba* a falar nos distúrbios ocorridos:

“Não se arreceie o *Despartador* da revolução de Campina Grande. O que houve a respeito foi o seguinte: A população de Fagundes se tem tornado remissa ao pagamento dos impostos municipais. O *Despertador* deve saber que estes impostos são obra da câmara municipal daquela Cidade, composta, em sua totalidade, de correligionários seus.

“Apenas o digno juiz de direito e respectivo delegado souberam da ocorrência, deram logo as devidas providências, a fim de acalmar os ânimos daquela população, que mal informada, impugnava o pagamento dos referidos impostos. O *Despertador* deixou-se de suas petas e em paz a sua Areia, ou os que de lá vêm a esta Capital”.

O dia 15 foi domingo, não havendo jornal; no dia 16, segunda-feira, o *Jornal da Paraíba* nada informa sobre a revolta. No dia 17, faz os seguintes comentários:

“O *Despertador* está cego de paixão e não se apercebe do seu grande descrédito, sempre a mentira, a calúnia, a incoerência e o insulto. Campina Grande está inteiramente pacificada, apesar das explorações que fizeram para perturbá-la iludindo-se a população de Fagundes com embustes, próprios de uma oposição pequenina e miserável. Reconhecendo todos os laços em que pretendiam atirá-los, e sem motivo algum plausível, retiraram-se para suas casas, certos de que havia nisto apenas o plano de se incomodar o Governo”.

No dia 18, diz o *Jornal da Paraíba*:



“O ato de força de Fagundes é obra das doutrinas muito propositadamente apregoadas no *Despertador* e espalhadas ocultamente no seio da população por seus instrumentos. E porque malogrou-se de modo até ridículo a sua obra de muito tempo, seguindo todos para suas casas, convencidos da mentira e do propósito contra o atual administrador, apostrofia este ato como se não fora seu. A Providência e a Senhora das Neves há de ampararnos de semelhante praga”.

No dia 19, quinta-feira, o *Jornal da Paraíba* dá a sua versão sobre o que teria ocorrido em Campina:

“Em consequência da luta entre uma praça da polícia na feira de Campina Grande e pessoas do povo, comparecendo ao local o delegado capitão João Peixoto de Vasconcelos, a fim de apaziguar o barulho, recebeu uma pedrada na cabeça de que resultou grave incômodo de saúde, mas sem perigo de vida, bem como algumas pancadas e contusões na praça. Algumas pessoas do povo falaram contra a lei de recrutamento, que denominaram “lei do cativoiro”, e os novos pesos e medidas; frutos das doutrinas do *Despertador*, semelhante ao ocorrido em Fagundes...

“Seguiu ontem, às 6 horas da tarde, para a cidade de Campina Grande, o comandante do Corpo de Polícia, tenente-coronel Francisco Aranha Chacon, com o seu ajudante e 50 praças devidamente municidadas. Não podiam ser mais prontas e enérgicas as providências dadas por S. Excia. a fim de evitar duma vez a reprodução dos últimos fatos de Campina Grande por ocasião da feira. É deste modo que o Presidente da Província se desempenha do cumprimento de seus deveres em assunto desta ordem”.

No dia 20, o *Jornal da Paraíba* nada diz; no dia 21, sábado, apela para as ameaças:

“Os insultos e calúnias que *O Despertador* fez publicar não merecem resposta... Se quiséssemos esmagar este verdadeiro Tar-tufo não precisaríamos retaliar insultos e calúnias; bastava-nos expor as traficâncias e prevaricações do autor destes escritos. Temos, porém, compaixão dele e especialmente de sua inocente família, que seria exposta às consequências deste nosso ato, muito especialmente em vista da conhecida e grave enfermidade, que o acabrunha, e parece diminuir-lhe os dias de existência...

“Dora em diante, não nos desmerecemos a responder a este órgão da imprensa, em cujo seio folgamos de reconhecer distintos cavalheiros e nobres intuitos... Fazemos justiça ao Partido Liberal da Paraíba e muito especialmente aos dignos colegas do

*Publicador...* Não nos referimos ao Partido Liberal e sim ao partido do *Despertador...*”

O jornal do Dr. Silvino Elvídio procurava atingir Felizardo Toscano de Brito, de quem já falamos, que morreu dois anos depois, no dia 26 de novembro de 1876.

O dia 2 foi domingo. No dia 23, nenhuma notícia. No dia 24, o *Jornal da Paraíba* reproduz telegramas de New York, Liverpool, Madrid, Rio de Janeiro, etc., sem dar qualquer informação sobre Campina Grande; até o dia 28, nada diz a respeito da revolta dos matutos. Uma semana inteira sem notícia. No dia 30 de novembro vem, em tom de vanglória, a confissão de que a Paraíba havia pedido o auxílio de tropas pernambucanas para sufocar o protesto dos seus matutos:

“No dia 20 do corrente desembarcaram nesta Capital 180 praças de diversas armas, vindas da Província de Pernambuco, em consequência dos graves acontecimentos revolucionários. Foi uma recepção brilhante que fez o povo paraibano àquele punhado de bravos, dignos e merecedores de todas as ovações populares, pelo seu patriotismo e valor. Vindo a palácio, apresentaram-se a S. Excia. o Sr. Presidente da Província, levantando este vivas a Sua Majestade o Imperador, à Família Imperial, ao Exército e à Armada Brasileira os quais foram entusiasticamente correspondidos”.

Parece-nos ter sido este o episódio mais feio de toda a história da Paraíba.

No mesmo jornal anuncia-se:

“Mais força. Por telegramas dirigidos à Presidência de Pernambuco, foi comunicado que, no dia 26 do corrente, embarcou na Corte com destino a esta Província (Paraíba) o 14º Batalhão, com artilharia, e bem assim o vapor de guerra *Ipiranga*, que vem estacionar nesta Capital à disposição da Presidência da Província. Outrossim, no dia 27 à meia hora da tarde, seguiu para o porto desta Capital a corveta de guerra *Paraense*, conduzindo a ala esquerda do 18º Batalhão, que ontem devia estar no Recife, e hoje aqui chegará. Comanda a força de terra o General Pedra e a naval o chefe de Divisão Mamede”.

Nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro, nenhuma notícia da revolta dos matutos, apenas grandes anúncios de Salsaparrilha de Bristol; notando-se, porém, que no dia 2 o *Jornal da Paraíba* reproduz com destaque o seguinte telegrama:

“Roma, 20, de novembro. Espera-se a todo o momento a publicação da nomeação do Bispo de Olinda, Dom Frei Vital Gonçalves de Oliveira, o importante cargo de cardeal, pelo Santo Padre Pio IX”.

A respeitosa divulgação deste noticiário, 32 dias depois de ter rebentado a revolta dos matutos, vai servir para elucidar uma maquiavélica hipótese, adiante sugerida como motivo do Quebra-Quilo.

No dia 4, nenhuma notícia, além da chegada de novas tropas:

“Mais força. Chegou ontem o vapor *Calderon*, com 210 praças e um parque de artilharia, ao comando do distinto Tenente-Coronel João Teodoro Pereira de Melo, ficando na cidade do Recife a ala esquerda com 160 praças, que aqui deverão estar nestes 3 ou 4 dias.

“Vieram também armamento “à minié” (granadas) e bastante munição. Até o dia 7 do corrente deverá achar-se aqui o vapor de guerra *Bonifácio*, trazendo mais tropas e o general, que vem comandar as forças de terra. Às 2 horas da tarde teve lugar o desembarque da força, que está aquartelada no convento de São Francisco”.

No dia 5, sábado, e no dia 7, segunda-feira, nenhuma notícia. No dia 8, o *Jornal da Paraíba* não circulou, aparecendo no dia 9 com artigos e transcrições, procurando relacionar o Quebra-Quilo com a momentosa questão dos bispos:

“O governo é inopinadamente distraído de seus patrióticos intuítos por movimentos sediciosos, nesta e na província de Pernambuco, ameaçadores de graves desordens e perturbações da tranquilidade e segurança públicas... A comoção produzida na consciência do povo ignorante e inexperto, por ocasião do conflito religioso sucedido ultimamente, é alimentado pelo fanatismo de uns e cego partidarismo de outros, fazendo crer na existência de novos e pesadíssimos impostos e em escandalosos esbanjamentos dos dinheiros públicos, empregando, em suma, todos os meios subversivos da ordem social... ”

“A estes dois poderosos motivos, religioso e político, deve-se atribuir os desvarios de uma parte da população dos municípios de Campina Grande, Ingá, Guarabira, Alagoa Grande, etc.

“O povo, iludido e excitado (continua o *Jornal da Paraíba*), não encontrando resistência, arroja-se de preferência sobre os escritórios das coletorias, rasga e inutiliza os papeis e livros, pensando subtrair-se, assim, ao pagamento de imaginários impostos provinciais. Acomete, igualmente, as casas das Câmaras Mu-

nicipais, cujos arquivos incendeia para não ser constringido ao pagamento de fantásticos impostos municipais. Queixa-se do novo sistema de pesos e medidas, cujos instrumentos despedaça e inutiliza. Vocifera contra a reforma da lei de recrutamento, a que chama — lei de cativoiro — . . .

“O fanatismo religioso tem, também, uma parte, talvez a principal, nestas desordens, e o fato de não terem os grupos sediciosos guias ou condutores ostensivos, que os dirijam, deixa bem suspeitar a existência de uma conspiração tramada nas trevas e extensamente ramificada”.

No mesmo jornal do dia 9, é transcrito um longo artigo do *Diário de Pernambuco* do dia 3, onde se lê:

“Não há mais quem ignore que a paz e a ordem se acham quebrantadas na Província da Paraíba, por vários grupos sediciosos, nem tão pouco é mistério que alguns indivíduos vindos dali e aqui reunidos a outros, puseram em alarme parte do território de Pernambuco, nas comarcas de Itambé, Goiana, Bom Jardim e Nazaré. Os pretextos com que se apresentam os sediciosos, da Paraíba e os desta Província, diz-se, são a reforma do recrutamento, a lei que tornou obrigatório o Sistema Métrico Decimal e os impostos municipais ultimamente decretados.

“O que é a reforma do recrutamento? Uma lei sábia, justa e humanitária, modelada pela dos países mais cultos do mundo. Qualquer inteligência, por mais curta e acanhada que seja, pode compreender as inúmeras vantagens da reforma, que aproveita o povo fraco e desprotegido, que outrora vivia sob a constante ameaça do antigo recrutamento.

“O que sobre esses fúteis pretextos parece haver oculto (continua o *Diário de Pernambuco*) é um pensamento político religioso, buscando habilmente ofuscar a razão dos fracos. Uma certa imprensa, há longos meses, emprega doutrinas subversivas, aqui e na província da Paraíba, com violentos artigos contra os homens e as instituições semeando ventos que foram habilmente dirigidos por outros. Eis a origem dos movimentos sediciosos. . .

“Esta força ocultamente conspira para impor o — *syllabus*” — (Bula do Papa Pio IX, publicada em 1864, enumerando os principais erros doutrinários). “Por toda a parte onde tem essa política um aderente, procura fazer prosélitos, busca levantar uma reação que faça do Papa um novo rei e imponha o — *syllabus* — como a suprema — *lex* —. Como, pois, lhe escaparia o Brasil, tendo bispos fanáticos do quilate de Dom Vital e Dom Antônio?”

E o que é a Paraíba senão parte da diocese de Olinda? O fato de terem aparecido os movimentos sediciosos logo após a notícia telegráfica do pretendido cardinalato de Dom Vital, não é decerto causa a ser desprezada”.

Na verdade, o movimento Quebra-Quilo atingiu as feiras de Pernambuco depois da notícia, mas na Paraíba tinha surgido vinte dias antes, como já referimos.

O *Jornal da Paraíba* do mesmo dia 9 anuncia

“que no dia 5 do corrente, pela manhã, embarcou com destino a Mamanguape, donde seguirá para a cidade de Areia, tocando em Alagoa Grande e Alagoa Nova, toda a ala esquerda do 18º batalhão, vindo da Bahia ao comando do Sr. Major Paiva, e no dia 6, às 12 horas da noite, partiu para Campina Grande, passando no Pilar e Ingá 150 praças do 14º batalhão, vindo da Corte sob o comando do Sr. Tenente-Coronel João Teodoro. Ambas estas forças operam de comum acordo, conforme as informações que aos respectivos comandantes ministrou S. Excia. o Sr. Presidente da Província. O Plano de S. Excia. não podia ser melhor, fazendo internar as forças pelos Estados do sul e norte”.

E ainda no mesmo jornal:

“O transporte de guerra *Leopoldina* chegou a esta Capital no dia 7 do corrente, vindo o Sr. Coronel de Artilharia Severiano Martins da Fonseca (irmão do general Deodoro da Fonseca), com seu estado-maior, o qual foi designado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra para comandar todas as forças em operação nesta Província; trazendo, também, ordem para organizar um piquete de cavalaria, para o que trouxe todos os pertences. O Sr. Coronel Severiano é um militar distinto e foi um dos mais valentes soldados da Guerra do Paraguai”.

Explica-se o exagero de tropas, armas e patentes militares pela política de autopromoção do Dr. Silvino Elvídio e intriga dos maçons, tanto os do Partido Liberal como os do Partido Conservador, contra os jesuitas.

“Um vaso de guerra veio estacionar no porto da Capital, em cujo bordo mais de uma noite dormiu o então presidente da Província”.

diz Coriolano de Medeiros (20).

No dia 10, o *Jornal da Paraíba* vem com outro artigo do *Diário de Pernambuco* do dia 5:

“A luz vai pouco a pouco se fazendo. Os documentos colhidos pela polícia no povoado de São Lourenço da Mata, nas residências dos padres jesuitas, ministram preciosas informações acerca do papel desta boa gente no conflito religioso que, desde dois anos, traz alarmados os espíritos... É o ultramontanismo, que tem a sua mais subida expressão nos jesuitas, o inspirador, a alma danada da sedição, que vai por esta e pela província da Paraíba. Bastaria consultar a história para encontrar milhões de antecedentes dos homens de roupeta negra, sempre a sonhar com a coroa temporal do Papa e sempre a conspirar *ad majorem dei gloriam*.”

“A maior responsabilidade dos movimentos sediciosos pesa sobre estes padres e seus sequazes de Roma, nunca saciada em sua sede devoradora de ouro, de influência e de prestígio, deixando após si traços inapagáveis de sangue; ao passo que aquela imprensa, aqui na Paraíba, semeia ventos, o jesuitismo, dirige as correntes tempestuosas. E depois hão de vir os protestos, como o do *Despertador* da Paraíba, de 14 de maio, e tantos outros”.

Ao que tudo indica, *O Despertador* devia estar com a razão. Na verdade, Dom Vital era frade capuchinho, mas sempre esteve bem mais preocupado em combater as “heresias maçônicas” do que em denunciar violências contra os matutos da Borburema. Por outro lado, os jesuitas sempre mantiveram sua influência em Pernambuco, ao contrário da Paraíba, de onde foram expulsos por uma carta régia de 1593, muito antes de Pombal, sem que voltassem a ter melhores oportunidades.

No dia 11, o *Jornal da Paraíba* noticia

“que outra expedição saiu esta manhã, com uma força de 70 e tantas praças, sendo 40 de infantaria e 30 e tantos de cavalaria, com uma peça de artilharia ao mando do distinto Coronel Severiano da Fonseca, comandante das forças em operação nesta Província. Seguiu ela para Pedras de Fogo, donde tomará o destino que o chefe julgar conveniente, a fim de operar de acordo com as que já seguiram, compostas das alas do 14º e 18º batalhões”.

No mesmo jornal, vem a transcrição do seguinte artigo do *Diário de Pernambuco*:

“Depois da busca e apreensão de papeis, que foi feita na casa da estrada João de Barros, resolveu o Sr. Dr. Chefe de Polícia ir ao Colégio dos Jesuítas, em São Lourenço da Mata, e aí encontrou valiosos documentos que põem patente a perniciosíssima influência destes demônios de sotaina em todos os males que há dois anos pesam sobre esta diocese. As cartas põem a calva à mostra a esses intitulados — filhos de Jesus —, revelando que são eles os verdadeiros diretores do bispado de Olinda e que têm relações estreitas com a maior parte dos vigários da diocese. Os tais papeis, que valem imenso, constituem um achado inapreciável, não só para a autoridade, mas também para a história. Podem os leitores, desde já avaliar a importância da coisa, enquanto esperam pela publicação dos documentos, que, a seu tempo, hão de ser conhecidos do público”.

Pelo que se sabe até hoje, estes documentos nenhuma relação tinham com a revolta Quebra-Quilo.

No dia 12, sábado, o *Jornal da Paraíba* nada divulga a respeito da revolta dos matutos, mas dá o resultado de três processos instaurados para apurar responsabilidades nas “fugas de recrutas”, ocorridas em datas anteriores ao movimento Quebra-Quilo. Os soldados considerados responsáveis pela fuga de recrutas no termo do Ingá foram condenados a três meses de prisão e 200 mil réis de multa, faltando maiores detalhes.

No dia 14, segunda-feira, nenhuma notícia da revolta, notando-se muito espaço coberto por anúncios dispensáveis; toda uma página é dedicada a um anúncio da tipografia do próprio jornal. E assim vai até o dia 21, quando destaca a seguinte nota:

“Mamanguape — Desta localidade tivemos notícia de que as coisas ali marcham regularmente, devido, em grande parte, aos esforços do digno juiz municipal, Dr. Juvenal (é o mesmo Juvenal dos açoites no escravo Serafim), que tudo há empregado para a tranquilidade de espírito e confiança pública. Um liberal, cujo nome não declaramos na próxima passada feira de sábado, pretendeu alarmar os ânimos, concitando o povo a quebrar os quilos, para o que procurou a intervenção do digno vigário, que lhe foi energeticamente negada”.

Na verdade, o movimento Quebra-Quilo não chegou até Mamanguape, que fica quase à beira-mar; a nota do *Jornal da Paraíba* é, sem dúvida, uma ameaça ao “liberal não declarado”, possivelmente o Dr. Toscano Barreto, que mandou suspender os açoites no escravo Serafim.

No dia 22 de dezembro de 1874, o *Jornal da Paraíba* reproduz um artigo d'*A Nação*, do Rio de Janeiro, de 30 de novembro, onde se diz:

“Os sediciosos invocam a prisão dos bispos, os impostos e a lei de recrutamento, como motivos da rebelião. A ligeira alteração de impostos decretados pela Assembléia Provincial da Paraíba, além de não recair sobre as classes pobres, não produzirá receita superior a 30 contos de réis. Não é, portanto, daí que se pode derivar o justo motivo de queixa contra a administração pública.

“No mais, não há quem ignore que a justa e tolerante administração do Sr. Dr. Silvino Elvídio não irritou, por qualquer ato, o ânimo da população. E se é da Lei de Recrutamento, ainda não executada, que espíritos rudes tiram pretextos para um movimento armado, não há nada mais fútil e que revele deplorável ignorância”.

O relatório do Dr. Silvino e os processos contra a fuga de recrutas, ao que tudo indica, dizem exatamente o contrário; além do que, as próprias notícias oficiais falam apenas em “pedras e cacetes”, nenhum soldado ferido por arma de fogo.

“Estamos na presença de uma sedição (continua *A Nação*) como a que por esses mesmos lugares se manifestou ao ser decretado o primeiro arrolamento da população do Império. Então como hoje, a ignorância e só a ignorância é o inimigo a combater”.

(Refere-se ao Ronco da Abelha, em 1852, mas não esclarece que a lei de registros, naquela época apontada como “lei do cativo”, foi sabidamente suspensa pelo Decreto nº 907/1852).

“Se é a questão religiosa o pretexto do movimento (continua *A Nação*), o que não afirmamos nem negamos, cumpre redobrar a vigilância. Para operar prodígios, o fanatismo religioso não precisa senão de ser despertado no ânimo das populações rudes... Os que, na decisão do Poder Judiciário (sentença do Supremo Tribunal condenando Dom Vital), aplaudiram conosco um fato de imenso alcance, contradizem-se manifestamente, quando na sedição da Paraíba apontam um acontecimento que poderia ter sido evitado”.

No Rio de Janeiro, a revolta dos Quebra-Quilos vinha alimentar a animada polémica entre Liberais e Conservadores a respeito da Questão dos Bispos, e é bom lembrar um artigo de Tobias Barreto, publicado em 1875:



“Agora é que eu me regosijo de nunca ter tomado o mínimo interesse pela — *soi-disant* — questão religiosa! (diz Tobias) O resultado da luta (anistia) veio dar razão à indiferença e desprezo, com que sempre tratei essa estúpida questão... A Lei do Ventre Livre pusera em agitação de espírito o país inteiro; e prometia, pela efervescência dos ânimos, não sei que reboliço no seio da nação. De repente os bispos deram o sinal de um novo espetáculo, que se ia representar, e a frase — elemento servil — (escravos) foi trocada por esta outra: jesuítas e maçons. Verdadeiro mistério da Idade Média, em que Deus e o diabo fizeram o seu papel. Muito republicano desconcertado deve bater na testa e dizer: Estavam na melhor ocasião de derrubar o Pedro e deixaram-na de todo, para se ocuparem de bispos e maçons!...” (21).

Os maçons tiveram inegável atuação a favor da independência do Brasil, e um longo passado de duras lutas; muitos padeceram nos cárceres da Inquisição, como foi o caso de Hypólito José da Costa, já em princípios de 1800. Em dezembro de 1872, o jovem bispo de Olinda, Dom Vital, de formação autoritária, manda uma carta circular às irmandades religiosas, compostas, em sua maioria, por pessoas leigas, ordenando que excluam os elementos maçons, os quais reagiram, sendo o Bispo condenado pelo Supremo Tribunal, a quatro anos de prisão, por inobservância às leis do Império, em 1874. Este episódio deu força à maçonaria, que se lançou à revanche contra os jesuítas, aproveitando-se de todos os pretextos, inclusive o Quebra-Quilo, que, na verdade, nada tinha a ver com a chamada Questão Religiosa.

*A Reforma*, órgão do Partido Liberal no Rio de Janeiro (30/nov./1874), aproveita-se dos acontecimentos da Paraíba para dizer

“que o povo desesperou do regime legal e atirou-se tresloucado nos desvarios da força bruta, à voz de fanáticos interesseiros, que o arrastam a um estéril sacrifício; enquanto o Governo, em vez de amputar corajosamente o membro gangrenado, tateia no labirinto da questão religiosa e a torna de dia a dia mais odiosa...”

Batendo na mesma tecla, com afinação menos radical, diz *A Nação*, jornal conservador do Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1874:

“É até ridículo que se ande a falar em impostos a propósito desta insensata agitação. Impostos inconstitucionais têm-nos sempre votado as Assembléias Provinciais, governando conservado-

---

(21). — Tobias Barreto, *Obras Completas*, vol. X, p. 167, ed. de 1926.

res ou governando liberais, e não sabemos que tenham produzido o que estamos presenciando.

“Auxiliada ou não por um grande plano, a violência é tanto mais lamentável quando a sugere um grito inconsciente e selvagem como o que se fez repercutir no interior da Paraíba. O que se está vendo, naquela província e nos pontos limítrofes da de Pernambuco, é um deplorável desgarramento de todas as regras do bom senso, uma estúpida manifestação de fanatismo religioso, mais digno de compaixão do que de indignação. A queima de arquivos em Ingá e Campina Grande, a ameaça de morte a coletores, as correrias sobre povoados pacíficos, tudo isto está indicando a natureza desta agitação, a que debalde se tentaria atribuir motivos um tanto confessáveis”.

(Estes artigos só chegavam à Paraíba 20 dias depois).

No dia 24 de dezembro, o *Jornal da Paraíba* estampa mais um artigo d'*A Nação*, do dia 3:

“Insiste a *Reforma* em ver um desacerto ou coisa que o valha no expediente que tomou o Presidente de Pernambuco de enviar missionários aos pontos da Província em que haviam surgido desordeiros, vendo nisso uma transação até humilhante, com os instrumentos de uma possível teocracia, que sejam as causas da agitação. É louvável a providência a que se diz ter lançado mão o Presidente de Pernambuco. Gozando, nos sertões do Norte, da mais profunda veneração, os religiosos de São Francisco têm realizado, em mais de uma ocasião, verdadeiros prodígios morais por aquelas remotas paragens. Em 1852 (Ronco da Abelha) as autoridades encontraram naqueles bons padres preciosos instrumentos de pacificação em Pernambuco e Paraíba.

“No conflito provocado pelo Sr. Dom Vital (continua *A Nação*), não se conta um capuchinho que se tenha colocado ao lado da resistência ao poder civil. Enquanto os jesuítas vivem às ocultas, segundo se diz na cidade do Recife, os padres capuchinhos vivem no coração da Cidade, celebrando com grande pompa os atos do culto e edificando um gigantesco templo. Na discussão a que o Sr. Dom Vital deu motivo, com suas impudentes e ilegais severidades, o nome de um só capuchinho não foi ainda envolvido. Foi até de louvável prudência e não transação desonrosa, invocar a cooperação de tais missionários para poupar, tanto quanto possível, o derramamento de sangue”.

Nem assim o Dr. Silvino Elvídio soube aproveitar o exemplo de Sá Albuquerque, agora repetido pelo presidente da província de Pernambuco, e, em vez de valer-se dos missionários, vem com a seguinte notícia:

“Às duas horas da madrugada de 19 do corrente, saiu, com destino ao Ingá, o primeiro tenente de Artilharia, Brusque, com uma peça de artilharia e as precisas para o custeio da mesma. Não havendo receio de invasão àquela vila e nem a outros pontos, visto como, segundo informações colhidas, todos os revoltosos estão dispersos e foragidos, todavia, cauteloso e previdente como é o digno administrador da Província, achou conveniente mandar se incorporar às forças em operação mais aquele poderoso contingente”. (*Jornal da Paraíba* de 24 de dezembro de 1874).

Daí para frente, as coleções do *Jornal da Paraíba* do Instituto Histórico Paraibano estão muito desfalcadas. A respeito do Quebra-Quilo só encontramos as seguintes notícias:

“Tributo de gratidão e manifestação de apreço — No dia 23 do corrente (julho de 1875), pelas 6 horas da tarde, os oficiais e cadetes do 14º Batalhão de Infantaria dirigiram-se incorporados à residência do comandante, o Exmo. Sr. Tenente-Coronel João Pedroso de Melo e aí, em presença de S. Exa. o Sr. Presidente da Província e de alguns oficiais da Guarda Nacional e do Exército, ofereceram a seu Chefe a insígnia de Comendador da Rosa, com que foi ultimamente agraciado pelo Governo Imperial, em atenção aos relevantes serviços que prestou ao bem da ordem desta Província.

“O Exmo. Sr. Presidente da Província, tomando da palavra, disse que associava-se, com prazer, à sincera manifestação de apreço ao seu distinto amigo o Sr. Comandante Melo, mostrando, assim, pelo seu nobre proceder, a prova mais cabal de sua moralidade e disciplina, que o torna digno da estima e consideração de todos aqueles que sabem apreciar os atos de justiça, como o que acabam de praticar a distinta oficialidade e cadetes do 14º Batalhão”. (*Jornal da Paraíba* de 28 de junho de 1875).

O mesmo jornal, de 14 de junho de 1875, noticia, laconicamente:

“Chegou a esta Capital uma escolta de guardas nacionais, conduzindo um recruta e quatro desertores do 14º Batalhão de Infantaria de linha”.

## V

### A REVOLTA DOS MATUTOS CONTRA OS DOUTORES.

“Foi no município de Campina Grande (diz Joffily) que teve princípio o movimento popular denominado Quebra-Quilos, na serra Bodopitá, a 4 léguas ao sul da Cidade. A causa foi a

decretação de novos impostos pela Assembléia provincial da Paraíba em sua sessão desse ano. A notícia chegou a essa população pobre e ignorante de tal modo aumentada e extravagante, que despertou logo um ódio geral contra o governo, que chamava — dos doutores —. Queriam um governo de homens rústicos como eles.

“Neste estado de exaltação de espírito estava o povo quando pôs-se em execução a lei que estabelecia o sistema métrico decimal, cuja vantagem, não podendo por ele ser compreendida, fez explodir a mina já preparada. Os novos pesos, para esse povo, simbolizavam o aumento dos impostos, a tirania do governo, e por isto fez convergir para eles o seu ódio. Deste fato veio o nome Quebra-Quilos, dado aos sediciosos, os quais o maior mal que causaram foi a destruição de muitos arquivos públicos” (22).

O protesto dos matutos surgiu no povoado de Fagundes, encravado na serra de Bodopitá, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Campina Grande, nos últimos dias de outubro de 1874. O motivo da insatisfação era, sem dúvida, o aumento do “imposto do chão” e a violência do recrutamento; mas o fator desencadeante foi a imposição de novos pesos e medidas, que só principiariam a aparecer nas feiras do interior em meados de 1874, substituindo-se as cuias, canadas, côvados, palmos, arrobas, onças, etc., a que estavam acostumados os matutos, por litros, metros e quilos, de que pouco tinham ouvido falar. Os novos pesos e medidas foram recusados e daí nasceu a impugnação aos novos impostos e as reclamações, mais do que justificadas, contra o recrutamento militar, chamado “imposto de sangue”.

Sem pesos e medidas não podia haver feira; o delegado de polícia não teve força para obrigar os matutos a aceitarem os quilos e metros, pois todo o povo sentia-se prejudicado e agia pelo mesmo impulso, dando-se conta de que a unidade de seus propósitos era mais forte do que o “governo dos doutores”. O juiz de direito conseguiu apaziguar os ânimos, fingindo aceitar as reclamações dos matutos, enquanto avisava o governador da Província.

No seu Relatório, diz o Coronel Severiano da Fonseca:

“Foi em Fagundes onde a 31 de outubro de 1874 desabrochou o movimento sedicioso, por ocasião em que, na feira, o arrematante dos impostos municipais cobrava o imposto denominado — de chão —; o povo que ia à feira para abastecer-se

pronunciou-se contra esse imposto; a autoridade policial acudiu de pronto, porém foi desrespeitada e obrigada a retirar-se.

“A notícia voou. Dado o primeiro passo e encontrado o caminho aberto pela não repressão, fácil seria ao povo partir do pronunciamento ao abuso excessivo e a sacudir dos ombros fardos que ele supunha pesados demais à sua pobreza. O que no primeiro dia não era ainda idéia dominante dos futuros sediciosos, passou a ser nos grupos posteriores um programa. O primeiro grupo protestou contra o imposto de chão e conseguiu um triunfo com o qual talvez não contasse; os segundos ampliavam o protesto...” (23).

No dia 7 de novembro, sábado, repetem-se protestos na feira de Campina Grande, sem maiores consequências, e já aparecem sintomas de inquietação em Areia. *O Despertador*, jornal de idéias bem avançadas, justifica o protesto dos matutos, enquanto o *Jornal da Paraíba*, porta-voz do governo da província, parece tranquilo e bem humorado:

“Não se arreceie o *Despertador* da revolução... Campina está inteiramente pacífica... Convencidos da mentira, retiraram-se todos para as suas casas... *O Despertador* deixou-se de suas petas e em paz a sua Areia... As providências já estão tomadas e a esta hora as coisas já terão chegado a seus eixos” (Notícias publicadas nos dias 14, 17 e 18 de novembro e já referidas no Cap. IV).

Como se vê, até então as atividades dos matutos eram apenas omitivas. O primeiro atrito ocorreu na feira de Campina Grande do dia 14 de novembro de 1874, sábado; o que é relatado, ao seu modo, pelo *Jornal da Paraíba* do dia 19 do mesmo mês, já referido no Cap. IV.

Pelo que ainda ouvimos contar por testemunhas de vista, persistiam os matutos nas suas recusas e reclamações, quando aparece o delegado João Peixoto com alguns soldados da polícia e cabras do coronel Alexandrino Cavalcante, dono do mercado, tentando dispersar os grupos mais agitados a lambadas de facão; alguns matutos reagiram de modo surpreendente, formando-se o rolo; alguns tiros foram disparados e deu-se o pânico na grande feira, agravado pela tropelada dos animais de carga e sela.

Os feirantes procuraram abrigo por trás dos garajaus de rapadura; e foi aí que o negro João Carga d'Água, muito conhecido de todos, jogou o primeiro tijolo de rapadura contra os da polícia, sendo imitado

---

(23). — *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XXXIV, Rio de Janeiro, 1937, p. 114.

por muitos, já que milhares de rapaduras de mais de meio quilo estavam empilhadas sobre esteiras no pátio da feira; um reboleto de rapadura acertou em cheio a cabeça do delegado, que ficou desacordado por muito tempo, enquanto os soldados eram envolvidos e surrados pelas mulheres.

Com este toque de ridículo, que as publicações oficiais já referidas ocultam, falando em “pedradas”, é que foi repelida a inadequada intervenção policial. Os matutos tomaram conta da cidade, arrombando a cadeia, inutilizando os novos pesos e medidas e destruindo os arquivos públicos, sem que se tenha notícia de mortes, roubos ou atentados sexuais.

A destruição dos arquivos e papéis era a desforra natural das vítimas de um aparelho burocrático emperrado e despótico. Todos os artigos, crônicas e relatórios até hoje publicados, inclusive os comentários de Joffily e José Américo, falam na “ignorância e inconsciência dos matutos”, mas o estudo das normas e preceitos vigorantes naquela época vem demonstrar que os matutos eram bem mais atilados do que se poderia supor, reagindo contra o arbítrio do recrutamento e do “imposto do chão”, realmente intoleráveis. O “imposto do chão” era cobrado pela ocupação do pátio da feira com os gêneros expostos à venda. O governo provincial ou as autoridades municipais vendiam o direito de arrecadar os vários tributos.

No seu Relatório, diz o Coronel Severino da Fonseca

“que o movimento sedicioso desabrochou na feira de Fagundes na ocasião em que um arrematante de impostos cobrava o imposto de chão”; esclarecendo em outro tópico do mesmo documento: “Os arrematantes de impostos levavam o abuso à altura do cinismo. Um pobre homem trazia, às vezes, para a feira, uma certa quantidade de farinha, logo que pousasse no chão o saco que trazia, pagava imediatamente uma certa quantia e se por qualquer circunstância mudava de lugar tinha que pagar novamente; de modo que, muitas vezes, sem ter ainda vendido o que trazia, já tinha pago ao exigente arrematador grande parte do valor do que trazia para vender...” (24).

Francisco Retumba (filho), no Relatório apresentado ao governador da Província da Paraíba, em 1886, toca no problema dos impostos, com a seguinte observação:

“É um absurdo a venda do direito de arrecadar impostos a particulares; quem arremata por 5, vende o direito por 7 ou 8

---

(24). — *Ob. cit.*, p. 120.

e muitas vezes são revendidos por 10 a uma terceira pessoa, a qual ainda vem a lucrar. Esses fatos dão-se todos os dias. Para se conseguir tão rendosas arrematações, recorre-se, sem o mínimo escrúpulo, ao patronato e empenho de pessoas influentes...” (*Gazeta da Paraíba*, 1º/set./1888).

### O recrutamento militar, considerado pelo Dr. Silvino Elvídio

“o melhor remédio para defender a propriedade, ameaçada pela falta de trabalho da população ignara”,

era, com muita razão, apelidado pelos matutos de “lei do cativoiro”.

Na sua *História de Campina Grande*, Elvídio de Almeida dá outra versão sobre o início do movimento Quebra-Quilo, que se nos afigura deformada, inclusive nas datas, pois refere-se ao episódio do delegado João Peixoto como tendo ocorrido no dia 21, quando o *Jornal da Paraíba* já o noticiava no dia 19; também o caso de Fagundes ocorreu em outubro e não em novembro. Aí vai o que diz Elvídio:

“Em um dia de feira, na povoação de Fagundes, no mês de novembro de 1874, magotes de matutos surgem proibindo a cobrança dos impostos, quebrando cuias de medir, praticando arruaças. A notícia espalha-se. Corre que na primeira feira de Campina Grande irá acontecer o mesmo. O delegado de polícia João Peixoto, previne-se, toma providências, prepara-se para resistir. Os amotinados não aparecem. Mas surgiram no sábado seguinte, 21 do mesmo mês, na hora da feira, em frente ao estabelecimento comercial de Alexandrino Cavalcante. Corre o delegado em companhia de dois soldados para restabelecer a ordem. São recebidos a pedradas. Retiram-se ensanguentados”. (Se o delegado “tomou providências, preparou-se”, não iria “aparecer” com apenas “dois soldados”).

“Tomam os sediciosos conta da feira (continua Elvídio), passam livremente a quebrar as medidas arrebatadas aos comerciantes, a despedaçar as cuias encontradas em mãos dos vendedores retalhistas, a recolher os pesos de todos os tamanhos, atirados em seguida no Açude Velho. Aproveitando a insubordinação desenfreada, o criminoso Neco de Barros, indigitado autor do assassinio de Hipólito Cassiano de Araujo, sub-delegado de Fagundes, resolve tirar seu pai da cadeia, cúmplice do mesmo crime. Junta gente, arma-se, e no dia 23 dirige-se à prisão, bota abaixo as grades a machadadas, solta todos os detentos, mais de vinte. Fatos idênticos reproduzem-se em outras localidades. Os presos entram em férias.

“O cabeça dessa selvageria foi João Vieira da Silva, vulgo João Carga d’Água. A frente de seu grupo, o mais numeroso, dirigiu-se, no dia 26, primeiramente à coletoria das Rendas Gerais, depois ao cartório do tabelião Pedro Américo de Almeida, em seguida à casa da Câmara Municipal, por fim à agência do correio. Em todas essas repartições forçaram os sediciosos as portas, destroem móveis, retiram os livros e documentos, atiram-nos à rua, deitam-lhes fogo, aos gritos de que aqueles papeis eram coisas da maçonaria.

“O maior prejuizo causado pelos sediciosos a Campina Grande, e a outros lugares, foi a destruição dos arquivos públicos, mal irreparável, ainda hoje lamentado” (25).

Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, dono do mercado onde teve início o conflito, além de comerciante era grande fazendeiro de algodão e senhor do maior número de escravos de todo o município: 44, como se vê no registro de escravos de 1876, referido pelo mesmo Elpídio de Almeida. A *Gazeta do Sertão* de 20 de março de 1891 publica um artigo onde se diz:

“É público e notório que o coronel Alexandrino Cavalcante de Albuquerque tem por costume usurpar as terras dos pobres agricultores, por meio de ameaças, e para este fim emprega até a força pública...”

João Vieira da Silva, conhecido por João Carga d’Água, era um negro azeitoná, quer dizer de pele lustrosa; morava nos arredores de Campina Grande, perto do Açude Novo, de onde tirava água para o gasto das casas da Cidade, que percorria com seus jumentos carregados de pipas, sendo muito estimado e respeitado, porque era pai de um jovem vaqueiro, também chamado João Carga d’Água, afamado em toda a região pelas suas proezas nas vaquejadas. Os bons vaqueiros eram os ídolos populares daquela época.

Em outro capítulo de sua *História de Campina Grande*, Elpídio de Almeida volta a tratar dos Quebra-Quilos para dizer:

“Os escravos também procuraram tirar partido da balbúrdia, na ânsia de liberdade. Em número elevado, revoltados contra os senhores, orientados pelo negro Benedito, casado com escrava, tentam conseguir alforria, coagindo o presidente da Câmara, Bento Gomes Pereira Luna, que se refugiara no sítio Timbauba... Se o momento era de insubordinação, que se insubordinassem também os que estavam sofrendo a iniquidade do cativoiro.

---

(25). — *Ob. cit.*, p. 147 e seguintes, ed. de 1962.



“Em depoimento prestado perante o chefe de polícia, contou Raimundo José Dorneles, genro de Bento Gomes Pereira Luna, ‘que foram cercadas as casas do sítio Timbauba, distante duas léguas desta Cidade, por um grupo de trinta a quarenta escravos, todos armados; nessa casa achava-se ele respondente com sua família e foram forçados pelos mesmos escravos a vir a esta Cidade, a fim de lhes entregar o livro da liberdade que eles, forçados como estavam, prometeram entregar.

‘Viajaram a cavalo, mas transportando cada preso à garupa do animal um escravo armado. O famigerado escravo Firmino, criminoso de morte, de propriedade de Alexandrino Cavalcante, pronto a disparar a arma sobre aquele que corresse. Chegando à Cidade, apoderaram-se os rebeldes do livro de classificação de escravos e o levaram ao vigário Calixto para le-lo, por ser pessoa em que eles confiavam, e que aí chegando declarou-lhes o vigário que não existia livro contra sua liberdade; que entre os escravos revoltados nove pertenciam a Alexandrino Cavalcante, tendo este, para conte-los, mandado chamar Neco de Barros, que se apresentou com o grupo sedicioso de Queimada e Baixa Verde.

“Essa insubordinação fez apenas aumentar a indisposição e má vontade dos senhores para com os escravos (continua Elpídio). Em 1873, um escravo, que ferira gravemente um soldado de polícia, foi condenado pelo júri e o Juiz João da Mata Correia Lima fixou a pena em duzentos açoites. Em 1875, depois da rebelião, um escravo, acusado de crime mais leve, pois apenas ajudara o senhor a seviriar uma mulher, foi condenado a seiscentos açoites. Cumpriu a pena, e por milagre escapou. Outro escravo, acusado de haver tentado contra a vida do proprietário, produzindo ferimento leve, foi condenado pelo júri, em 1876, e o Juiz Antônio da Trindade Meira Lima fixou a pena em novecentos açoites, que foi o mesmo que condenar o réu à morte, debaixo de sofrimentos. Escapou o escravo à sentença monstruosa por haver fugido da prisão na madrugada de 1º de dezembro de 1876” (26).

Recapitulando estes episódios, o que mais nos espanta é o comportamento dos escravos, procurando a liberdade por meios legais. Na verdade, o art. 3º da Lei do Ventre Livre (1871) havia criado um estipulando, ainda, no seu art. 4º:

“fundo de emancipação” pelo qual “seriam anualmente libertados em cada província tantos escravos quantos correspondessem à quota anualmente disponível”; estipulando, ainda, no

---

(26). — *Ob. cit.*, ps. 218 e seguintes.

seu art. 4º: “o escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria”.

Daí o interesse dos escravos por estes processos, controlados por uma burocracia escravagista. Enquanto os matutos tomam conta da cidade e as autoridades fogem, inclusive o Juiz Trindade, que fazem os escravos? Levam os livros do Fundo de Emancipação ao vigário Calixto, para que lhes diga se têm ou não direito à liberdade!? E ainda são considerados “rebeldes”, chefiados por um “famigerado”!?

O conjunto destes elementos vem reforçar a tese de que os escravos do Brasil, pelo menos em algumas oportunidades, reagiam à escravidão com menor agressividade, como repara o professor Robert Conrad (27).

Voltando ao Quebra-Quilo, veremos o que diz o Relatório do Coronel Severiano da Fonseca:

“A cidade de Campina Grande foi assaltada, nos dias 14, 21, 23 e 28 de novembro e 2, 4 e 5 de dezembro do mesmo ano, por grupos de 100 homens, mais ou menos, e, sem comentário algum, passo a transcrever os tópicos da carta do respectivo Juiz de Direito, que bem claro mostram as horrorosas cenas que a cidade consternada apreciou nesses dias de completa loucura popular:

“Em frente de um dos grupos apresentou-se ostensivamente João Vieira, conhecido por Carga d’Água, magarefe morador na Varzea Alegre; do outro, o criminoso de homicídio Manuel de Barros e Souza, de outro Antônio Barros e Souza e João Nunes, de outro Marcolino de tal, conhecido por Marcos e um indivíduo conhecido por Piaba. Esses grupos compunham-se de 80 a 100 pessoas à exceção do de Manoel de Barros, que se compunha de 8 ou 10 indivíduos seus parentes.

“O fim principal deles foi obstar o pagamento de todo o imposto, a continuação do novo sistema métrico e a execução da nova lei de recrutamento, à exceção do grupo de Manuel de Barros, cujo fim foi arrombar a cadeia e tirar dela o seu pai, João de Barros, pronunciado em crime de homicídio.

“Os fatos mais notáveis praticados por esses grupos foram o arrombamento da cadeia, o quebramento de todos os pesos e medidas, o incêndio dos cartórios do cível, crime, de paz e da subdelegacia, o registro de hipotecas, os arquivos da câmara Mu-

---

(27). — *The Destruction of Brazilian Slavery*, University of California Press, 1972.

nicipal, das coletorias, da agência dos correios, e, finalmente, os livros e papéis que encontraram nas estantes e mesas de minha casa, que invadiram, na ocasião em que me havia retirado desta Cidade; e nas povoações o incêndio dos cartórios das respectivas subdelegacias e o quebramento dos pesos e medidas”.

“No dia 4 de dezembro (continua o Coronel Severiano) novo gênero de terror veio pungir a população da cidade de Campina, já não eram os sediciosos desrespeitando as autoridades e chasqueando das poucas famílias que não tinham fugido; eram os escravos insurgidos querendo impor sua liberdade a seus senhores.

“Maior desgraça não poderia recair sobre a cidade. Quando os senhores esperavam encontrar a segurança de vida nas mãos de seus escravos, estes armam-se contra eles. Fugira para os infelizes habitantes o fraco apoio com que podiam contar no caso de sofrerem ameaças pessoais!” (28).

A revolta dos matutos espalhou-se por toda a Serra da Borburema, como descreve o *Diário de Pernambuco* de 27 de novembro:

“Na feira da cidade de Campina Grande foi espancado e deixado por terra uma praça do corpo de polícia e acometido com pedradas o delegado João Peixoto de Vasconcelos, ao que resultou cair este sem sentidos por uma pedrada que recebera na cabeça, da qual ficara gravemente enfermo; esses fatos passaram a ser reproduzidos com aparências mais assustadoras nas vilas do Ingá, Alagoa Nova, Salgado e Alagoa Grande.

“No Ingá, achando-se um destacamento de 60 praças, que seguia em proteção a Campina Grande, o povo, em número superior a mil pessoas, em sua maioria bem armadas, invadiu a vila, na feira do sábado passado (quer dizer dia 21), apesar de intimado pelo comandante da força, para que se dispersasse, sob pena de ser repellido, e aí cometeu excessos; invadindo a casa da câmara municipal, quebrou-lhes todos os móveis, incendiou o arquivo e todos os livros existentes; dirigindo-se para a casa do mercado, tentou arrombar-lhe as portas para inutilizar os pesos e medidas, contra os quais gritava; o que não conseguiu por haver intervido a força pública, já disposta e desfechar as armas”.

“Sabe-se que daí foram até ao Salgado, povoação próxima do Ingá, e que, presentemente se acham em Alagoa Grande em número talvez não inferior a duas mil pessoas, com um chefe conhecido à frente. Em Alagoa Nova, queimaram os revoltosos os

cartórios, à exceção do de órfãos, e em todos os lugares onde penetram se arrojam sobre as coletorias com o fim de inutilizarem todos os livros e papéis que encontram.

“Os sediciosos (continua o *D.P.*) que, segundo notícia da última hora, se elevam a mais de duas mil pessoas, aos quais diariamente se aliciam outros, têm o seu quartel-general em Alagoa Grande, donde se passarão à cidade de Areia e a esta Capital, conforme o plano por eles assentado e nos acaba de ser informado.

“O Exmo. Presidente da Província tem apelado para o patriotismo da população pacífica desta Cidade a fim de, reunida a meia dúzia de soldados aqui existentes, defender a Capital e impedir mesmo que seja ela invadida pelos revoltosos... Não podemos bem compreender e precisar os motivos dessa quase geral conflagração da Província, o que é certo, porem, é que temos inteira convicção de que anda nela envolvida a questão religiosa”.

O artigo do correspondente do *Diário de Pernambuco* na Paraíba é positivamente alarmista e exagerado. Como já referimos no Cap. IV, o *Jornal da Paraíba* já havia noticiado que no dia 18 de novembro

“seguiu para Campina Grande o comandante do Corpo de Polícia, tenente-coronel Chacon, com 50 praças devidamente municiadas”,

o qual evitou maiores distúrbios na vila do Ingá, como diz o *Diário de Pernambuco*, e pelo visto dominou a situação em Campina Grande. Os próprios escravos, dissuadidos do seu pretensão direito pelo vigário Calixto, haviam retornado às senzalas, como se vê no já referido Relatório do Chefe de Polícia.

O *Diário de Pernambuco* de 22 de novembro já havia noticiado, com menos alarme, o prolongamento da revolta em algumas vilas e cidades de Pernambuco:

“No dia 16 de novembro (diz o *D.P.*) foi invadida a vila de Bom Conselho por um grupo numeroso, o qual nada praticou devido à intervenção benéfica do reverendíssimo missionário capuchinho, dom José de Bolonha, diretor do Colégio ali existente. Na feira de Cimbres, no dia 16, o povo que afluíu recusava-se pagar os impostos, aceitar os pesos e medidas decimais, e pretendiam queimar os arquivos, no que foi obstado pelas autoridades locais e algumas pessoas gradas que, de boa vontade, a isso se prestaram, dissolvendo-se os amotinados.

“Comunicações oficiais da vila de Bonito (continua o *D.P.*) dizem que um grupo de sediciosos invadiu, no dia 19 do corrente, a feira, incitando o povo a não pagar os impostos, a quebrar pesos e medidas e a queimar os arquivos. O delegado de Polícia, Odilon Austricliano Brayner, prevenido a tempo da invasão, distribuiu a força de que dispunha, 32 praças, nas coletorias, Casa de Câmara e Cadeia, e tentou, por meios suasórios, de impedir que os sediciosos realizassem os seus intentos, o que, a princípio, pareceu obter.

“Mais tarde, porem, o povo da feira, insuflado por diversos amotinados que então chegaram, atacou a coletoria provincial, no que foi repellido pela força existente, travando-se luta renhida, da qual ficaram três mortos e cinco feridos dos sediciosos, e três feridos levemente da força pública, sendo que um dos amotinados morreu dentro da repartição, atravessado por um sabre. Quem comandava o grupo era o capitão da Guarda Nacional do município, de idéias liberais muito conhecidas e influência política no Bonito, que foi um dos mortos na luta. Homens importantes do Partido Liberal insuflavam, abertamente, o povo à sedição.

“Tambem chegaram comunicações da comarca de Garanhuns, das quais consta que no dia 19 do corrente, um grupo de pessoas assaltou a feira, quebrando os pesos e medidas, destruindo as barracas e roubando as mercadorias expostas à venda, dispersando-se em seguida a esforços do delegado e de alguns cidadãos. Dos amotinados, porem, destacou-se uma boa parte, que foi atacar a casa do capitão Pedro do Rego Chaves, onde achavam-se guardados alguns pesos e medidas, e invadindo-a pelas portas e janelas iam praticar toda a sorte de vandalismo, quando se apresentou a força do destacamento, comandada pelo tenente da polícia, ficando no campo quatro sediciosos mortos, sendo um deles o chefe Vitorino Reinaldo de Freitas, e feridos, gravemente, oito, e da força pública morto um soldado e ferido o tenente Manoel.

“Devem seguir, hoje, para Garanhuns, 25 praças da polícia (continua o *D.P.*). Ainda à noite, vieram comunicações da comarca de Vitória, que dizem ter um grupo de 30 indivíduos, armados de pistolas e facas, assaltado a feira do povoado de Chã-Grande, quebrando pesos e medidas, pondo-se logo em fuga”.

Alagoa Grande, no sopé da serra, e Areia, logo acima, só tiveram as suas feiras perturbadas vinte e cinco dias após ter sido iniciada a revolta em Fagundes. Alagoa Grande tinha acabado de desligar-se da comarca de Areia pela lei provincial de 5 de setembro de 1874 e

atravessava um período crítico de rivalidades e malquerenças locais para escolha dos seus quadros burocráticos, alguns ainda influenciados pelos chefes políticos de Areia. A oposição ao governo provincial era forte em Alagoa Grande e alguns liberais aproveitaram-se do movimento dos matutos para revanche contra seus inimigos políticos.

Simão Patrício Neto, filho do farmacêutico de Areia e presidente da Câmara Municipal ao tempo do Quebra-Quilo, descreve estas agitações com bastante realismo:

“Em 26 de novembro de 1874, a cidade de Areia recebia a invasão de um grupo de populares, armados, superior de cem homens. A população, que já se achava prevenida, manifestou simulado contentamento. No interior dos lares havia tristeza e silêncio, em singular contraste com o ruído de fora. Estrugiam foguetes e girândolas que levavam longe a alarmante notícia. O seu projeto estava amadurecido havia alguns dias. Não se fazia mistério dele. Não se falava na cidade em outra coisa.

“Pessoas representativas haviam recebido cartas sobre a incursão que se preparava. Os revoltosos declararam abertamente que iam à cidade de Areia. Alagoa Grande como que encabeçava o movimento. Comunicados assinados simultaneamente por Lelis Pontes, Cleodon Clementino Pereira e Jeremias Vasconcelos anunciavam dali que a legião atingia a dois mil homens. Nessas cartas sugeria-se que os amotinados deviam ser bem recebidos no intuito de evitar maiores violências.

“Cleodon Clementino, um dos indicados como leader do motim, achando-se em Areia, dias antes da invasão, não perdia a oportunidade de aconselhar aos seus patrícios que recepcionassem artificialmente bem aos revolucionários. A administração municipal e as autoridades policiais viam-se aniquiladas pela suposta numerosa força dos Quebra-Quilos. Os insurretos vinham cometendo os mais impetuosos atentados contra os bens nacionais. Assim sucedera em Fagundes, Campina Grande, Alagoa Nova, Bananeiras, Cabeceiras, Ingá e Alagoa Grande.

“Parece evidente (continua Simão Patrício) que a sublevação foi despertada no seio das camadas populares pelo ódio aos impostos e a execução da lei de recrutamento, e especialmente à lei que estabelecia os pesos e medidas do sistema decimal. . . Afirma-se com fundamento que a execução do decreto que estabeleceu as medidas e os pesos do sistema métrico decimal, deu oportunidade a que negociantes desonestos se locupletassem com os haveres dos pobres e ignorantes matutos. Os nossos camponeses estavam acostumados à medida de vara, com bitola de

cinco palmos, facilmente aferível à mão de cada qual; como a libra de 450 gramas, equivalente ao peso de alguns dobrões de quarenta réis, e com as tigelas portuguesas...

“Os amotinados atentaram contra a incolumidade do teatro, quebrando a moldura e resgando o retrato do imperador Pedro II, despedaçando lampeões e ameaçando demolir o edificio sob o pretexto de ser o mesmo casa de maçonaria. O capitão Candido Fabrício, tabelião e professor de música, foi convidado pelo major Lelis Pontes para se apresentar com a charanga a fim de entreter os populares, sendo composta a banda para o prazer dos sediciosos.

“Subdivididos em grupos, os sediciosos invadiam, simultaneamente, a resistência do juiz municipal e rasgavam livros e papéis; outros investiam sobre o prédio onde se aferiam os novos pesos e medidas, inutilizando todos os utensílios; ainda outros penetravam no açougue público e despedaçavam balanças, pesos, balcões, grades, etc. A legião engrossara com a solidariedade de avultado grupo chegado de Mata Limpa. Houve muitos oferecimentos e eles fartaram-se de viveres. Ao avançar a noite, os grupos desapareciam em demanda da Serra do Pontes...

“No dia seguinte ao da entrada dos Quebra-Quilos em Areia, o advogado Joaquim Enriques da Silva recebia a seguinte carta: Amigo Sr. Silva. A pressa lhe escrevo. Agora à tardinha chegou o Viveiros com porção de povo na Espalhada e continua a juntar gente para tocar de novo aí, dizendo que amanhã, sim, iam fazer o serviço bem feito. Matutos meus chegados da Paraíba há meia hora, contam, com certeza, que desembarcaram ontem 400 praças de linha e esperava-se um vapor de guerra com 600. Conservam-se na ponte duas bocas de fogo e dizem os da praça que agora não é mais possível entrar matutos ali. Deliberei com o companheiro de ontem, Jeremias, ir a Espalhada conversar o que há, a fim de ver se conseguimos alguma coisa. Nossa Senhora coroe os nossos intentos. Do ocorrido lhe participarei, caso ele teime em seu intento. Continuo atropelado. Transmita esta aos meus e ao vizinho Padre. É verdade o que lhe conta o seu amigo Cleodon. 7 horas da noite de 27 de novembro de 1874.

“Ainda pela madrugada de 28 o farmacêutico Simão Patrício da Costa (pai do narrador) recebe o seguinte aviso: Ilmos. amigos e parentes de Areia. A meia-noite em ponto cheguei da Espalhada, só, por me ter abandonado o meu companheiro Jeremias, saindo dali às carreiras por ter sido ameaçado, em vista de falsa invenção de ser ele maçom. Ajudou-me Nossa Senhora que sai em paz, comprometendo-se a entregar o armamento dos italianos, com quem estavam eles despeitados. Chegando fui tra-

tar de arranjar tudo, e quando voltava da casa do último italiano, vi entrar um grupo de mais de 40 e tantos, com o respectivo comandante, homem atencioso e razoavel, os quais cercando-me logo que me avistaram, foram dizendo: — o prometido é devido, iremos à noite para Areia. Respondeu o chefe que não havia remédio senão subir com eles, prometendo-me, como amigo, que respeitaria a cadeia e o cartório de órfãos, pois eu sabia qual era o seu principal desejo.

“Corri as casas que havia mister (continua a carta), com ele, ultimando, aqui na nossa, donde levaram um bacamarte curto, 7 cartuchos e dez mil réis em dinheiro. Garanti-lhe que os — seus papéis — estavam prontos e por isto espero que vocês não me desmentirão, satisfazendo-o, como se deve. Adeus, vou ver se durmo alguma coisa embora sobressaltado! Cleodon.

“Essa aflitiva mensagem caiu com uma bomba, aumentando a aflição ao aflito (continua Simão Patrício). Alguem vislumbrou ao aviso a revelação de uma farsa. Era preciso repelir, objectavam alguns espíritos destemidos, mas o delegado de polícia fez restrições: não temos gente para enfrentar 500 homens. Antes das 8 horas, entrava na cidade um grupo de 80 e poucos homens armados de clavinotes, pistolas, espingardas, cacetes e outros desarmados, vendo-se entre eles alguns com os braços amarrados com cordas de caróa.

“Alexandrino Viveiros, célebre nos anais do crime, figura na frente do grupo. Era seu lugar-tenente o famigerado Severiano Cordão. Viveiros aparecia como a encarnação da desgraça. Após insultar pessoas dignas, dirigiu-se à cadeia, onde pôs em liberdade um seu parente. Logo depois, desacatou ao negociante Marcolino Evaristo de Gouveia Monteiro, compelindo-o a abrir o seu estabelecimento e entregar-lhe todas as armas e munição que tinha em depósito. Em seguida, forçou o tabelião Fabrício (o mestre da banda) a dar-lhe um processo crime onde figurava ele como delinquente.

“Depois, veio a reacção do Governo. Com data de 12 de dezembro de 1874, o major Antônio Lelis de Souza Pontes endereçava para Areia a seguinte carta: Ilmo. Sr. Mathias de Freitas. Escrevi ao Governo em favor do povo. Falei a verdade e mandaram-me dizer que o Governo me mandava prender; ele supõe que eu morro de careta. Ontem à noite, em Itabaiana, dormiu uma força de 200 homens do Governo. Eu tenho estado doente, de sorte que estou em Mandaú e por isso não tenho aparecido. Não tenham cuidado em mim, que eu por cá me garantirei; pois estou entre homens. A força que dizem vinha para Alagoa Grande



ainda não chegou aqui e nem sei se está em Guarabira. Os homens de Areia ficaram satisfeitos com o povo de Serra do Pontes pelo seu bom procedimento. Seu amigo A. de Lelis (29).

Na sua obra *Brejo de Areia* (30). Horácio de Almeida repete os fatos narrados por Simão Patrício, acrescentando:

“Com a presença da tropa de linha, o chefe de polícia Caldas Barreto entrou a formar a culpa dos cabeças da sedição. Em Areia foram pronunciados Antônio Lélis de Souza Pontes, Cleodon Clementino Pereira, Jeremias Clementino de Vasconcelos, Antônio de Sousa Ribeiro, Alexandre Viveiros e Antônio Severino (Severino Cordão), quase todos de Alagoa Grande e Ingá. Eram os mesmos que haviam chefiado o atentado à vila de Alagoa Grande, de onde partiram para ocupar Areia. Alexandre Viveiros era um pardo já pronunciado na justiça de Areia” (31).

No seu Relatório, diz o coronel Severiano da Fonseca:

“A cidade de Areia, importante não só pela sua posição geográfica, como também por ser o ponto principal de todo o comércio do sertão, foi duas vezes assaltada, uma a 26 e outra a 28 de novembro. Seiscentos indivíduos entraram na cidade às 9 horas da manhã do dia 26, segundo consta da carta que sobre os acontecimentos recebi do Juiz de Direito Dr. João da Mata Corrêa Lima. Toda a sorte de atentados foi praticada pelos ferozes assaltantes. Quebraram os pesos e medidas, destruíram o açougue público, acometeram a casa da coletoria, fazendo ouvir-se os gritos de morra maçon, abaixo os tributos e medidas novas inventadas pelos maçons.

“O pequeno teatro existente nesta cidade, diz o Dr. Corrêa Lima, era uma das principais cousas procuradas pelo povo em sua idéia fixa contra a maçonaria; diziam os exaltados que era casa de maçons e que nela tinham o livro azul contra a Igreja. Existia no edifício um retrato a óleo de S. M. o Imperador, apenas o viram apoderaram-se dele com um frenesi de canibais, o esfaquearam e puseram-no em pequenos pedaços no meio de violentas injúrias à pessoa Augusta do Chefe da Nação.

---

(29). — *Revista do Instituto Histórico Paraibano*, vol. 6º, 1928, ps. 67/74.

(30). — Ed. do MEC, 1958.

(31). — *Ob. cit.*, p. 146.

“No dia 28 do mesmo mês, Alexandre de Viveiros e seu comparsa Antônio Severino, façanhudos criminosos, entraram à frente de 80 homens armados de paus, facões e bacarmates, exigindo dinheiro dos principais comerciantes. Viveiros exigiu entrega do processo crime contra ele instaurado e que fosse solto um dos criminosos, seu parente.

“No dia 21 de novembro (continua o Relatório), ao mesmo tempo que a cidade de Campina Grande estava a braços com os sediciosos, mais quinze lugares arcavam com as iras dos faciosos invasores, a saber: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Pilões, Arará, Ingá, Independência, Bananeiras, Espalhada, Esperança, Guarabira, Fagundes, Serra do Pontes, Serra Redonda, Mogeiro e Itabaiana. No dia 28, enquanto Areia debatia-se, estavam sendo devastados São Sebastião, Salgado e Serrinha. No dia 29, Fagundes foi novamente invadida e no mesmo dia Pedras-Lavradas, Triunfo, Pocinhos, Piabas, São João, Cabaceiras, Baixa Verde, Alagoa do Monteiro, Mata Virgem e a vila do Pilar eram assaltadas por mais de duzentos homens. Na vila do Pilar foi completamente destruído o arquivo mais importante da Província, onde haviam riquíssimos documentos de cuja falta muito se sentirá a história geral do Império” (32).

Pilar já fica a menos de 50 quilômetros da Capital da Paraíba e sua história remonta ao século dezessete. Na verdade, os seus documentos históricos, como os de toda a Província, já tinham sofrido mais com o desleixo das autoridades, do que vieram a sofrer com os Quebra-Quilos.

Em outro tópico, diz o mesmo Relatório:

“No dia 10 de janeiro de 1875, foi preso, no Caju-Furado, o facinora Alexandre Viveiros, que foi quem mais ostensivamente se apresentou à testa dos movimentos de Areia. Alexandre Viveiros fez grande resistência, feriu mortalmente um paisano, que fazia parte da escolta, e assassinou um guarda; ele acha-se ferido e em tratamento” (33).

Note-se que não se faz referência a qualquer patente do exército participando da diligência.

---

(32). — *Ob. cit.*, pp. 117 e 118.

(33). — *Ob. cit.*, p. 152.

VI

A MISSÃO PUNITIVA.

O movimento dos Quebra-Quilos é descrito em muitos relatos ou testemunhos com perfeita coerência; os acontecimentos narrados ajustam-se ao Relatório oficial do Coronel Severiano e aos comentários dos jornais da época. Não há motivos para que se duvide da autenticidade dessas narrativas e todas elas, sem exceção, apontam a desnecessária atuação das tropas de linha e a crueldade dos métodos empregados.

Como testemunha de vista, assegura Irineo Joffily:

“Da Capital do Império partiram forças comandadas pelo General Severiano da Fonseca (na ocasião ainda coronel), que, sem a menor resistência, ocuparam Campina. Os sediciosos, apesar de numerosos, debandaram, porque não tinham um chefe capaz de os dirigir. A punição do crime foi pretexto para as maiores violências por parte das forças ocupantes; centenas de populares de todas as idades foram presos, sujeitos ao suplício do colete de couro e remetidos para a Capital.

“No dia imediato (continua Joffily) o capitão, hoje coronel, Pirajibe, foi destacado com um piquete de cavalaria até Pocinhos. Era um dia de domingo, a população achava-se reunida para ouvir missa, quando foi repentinamente invadida e ocupada toda a povoação pela dita força. O capitão Pirajibe dispôs os seus soldados em um círculo na Praça e mandou que para ela entrassem todos os habitantes.

“Fez a sua escolha, dando liberdade aos velhos e valetudinários, e apurando uns quarenta homens dos que lhe pareceram mais robustos, ordenou que fossem amarrados com cordas de caroá, e assim conduziu-os até Campina (20 quilômetros), onde foram lançados na cadeia. Convém advertir que os habitantes dessa povoação não tomaram parte na sedição” (34).

O testemunho de Joffily não deixa de ser confirmado pelo Relatório do Coronel Severiano da Fonseca:

“A minha coluna principiou logo a sentir dificuldades em sua marcha por serem péssimos os caminhos para o trajeto da artilharia, chegando ao ponto de me forçarem a deixar o canhão junto à Lagoa do Surrão... Cheguei a Campina no dia 24 de dezembro às 10 horas da noite, tendo passado por lugares onde

---

(34). — Irineo Joffily, *ob. cit.*, p. 189.

era notório haver grande número de sediciosos, que infelizmente não foram encontrados por se terem todos feitos aos matos. O canhão, conduzido por caminhos quase intransitáveis, rodeados de precipícios, chegou a Campina às 8 horas da noite de 25 e seria decerto impossível a sua chegada sem a dedicação do tenente Brusque de Oliveira e a boa vontade com que o auxiliaram alguns moradores do Surrão.

“Tendo chegado a Campina (continua o coronel Severiano), onde ao clarão sinistro do incêndio ateado pela mão de verdadeiros selvagens viu-se voar em cinzas os arquivos públicos e onde as autoridades foram cunicamente menoscabadas por assassinos arrancados da cadeia, entregue a uma policia desmoralizada, tive de demorar-me de 24 de dezembro a 3 de janeiro, a fim de providenciar para que as autoridades reassumissem os seus cargos, e bem assim dar caça aos fugitivos complicados nos movimentos sediciosos, como tambem aos réus de diversos crimes evadidos da cadeia.

“No dia 27 fiz partir uma diligência ao mando do capitão Piragibe em direção a Mares-Pretos, com ordens terminantes para prender os homens indicados por autoridades daquele lugar e de outros que o rodeiam, como sejam Pedra do Galo, Catolé e Pocinhos, e ao mesmo tempo proceder um rigoroso recrutamento” (35).

O próprio Elpídio de Almeida, que não esconde sua malquerença contra os Quebra-Quilos, afirma:

“Já estava a insurreição quase extinta, por si mesma, quando chegam à capital da Província, por solicitação do presidente, forças federais, sob o comando do coronel Severiano da Fonseca, irmão do futuro proclamador da República. Não se comportaram as tropas de linha, quanto às garantias à população, à tranquilidade da gente humilde do interior, de modo diferente ao adotado pelos ignorantes sediciosos. Foram em alguns aspectos mais cruéis e desumanos.

“Os dois contingentes (continua Elpídio) enviados para Campina Grande, seguidos por estradas diferentes, encontraram-se à mesma hora em frente ao Açude Velho, na noite de Natal de 1874. Sob o comando do capitão Longuinho, paraibano, entraram imediatamente em ação, prendendo culpados e inocentes, sem contemporizações. Entrou em uso o suplício do colete de couro, que consistia em costurar-se ao tórax dos presos, muitos inculpad

---

(35). — *Ob. cit.*, pp. 106 e 107.

uma faixa de couro cru, previamente molhada durante horas. À medida que o couro secava ia comprimindo o peito da vítima, causando-lhe muitas vezes morte torturante por asfixia”. (36).

Horácio de Almeida, em obra publicada pelo Ministério da Educação, repete as mesmas queixas contra as tropas do Império:

“O movimento popular por si mesmo vai amortecendo e caminha para completa extinção. A ordem já está quase restabelecida quando chega do Rio a força federal, composta do 14º batalhão de infantaria e mais a ala esquerda do 18º, com efetivo de 750 praças e 47 oficiais, sob o comando do coronel Severiano da Fonseca. Severiano esteve em Areia, onde deixou acampada uma ala de seu batalhão, comandada pelo capitão Longuinho. O grosso da tropa ficou aquartelado na capital da Paraíba.

“Se grande foi o sobressalto da população diante dos sediciosos (continua Horácio), não menor foi o seu constrangimento depois da chegada da tropa de linha que, a pretexto de implantar a ordem, excedia-se em violências. Longuinho deixou uma tradição bem triste em Areia, com a selvagem aplicação dos coletes de couro. A força de linha não se limitou à manutenção da ordem, que já encontrara praticamente restabelecida. Foi aos extremos de uma perseguição cega e desalmada, envolvendo pessoas estranhas ao levante. As prisões eram feitas em massa e, depois de castigados os infelizes prisioneiros eram remetidos para a Capital, acorrentados e metidos em coletes de couro. Muitos caíam pelos caminhos, deitando sangue pela boca.

“Alexandre Viveiros, escondido no engenho Mineiro, foi preso e barbaramente açoitado na cadeia de Areia, para que todos se consternassem, temerosos, aos seus urros de dor. Vários outros passaram pelo mesmo castigo, muitos dos quais sem qualquer participação na revolta. No Rio Grande do Norte e em Pernambuco repetia-se a mesma cena de selvageria, aplicada cegamente contra culpados e inocentes, vítimas da prepotência disciplinadora” (37).

José Américo de Almeida, nascido no Brejo de Areia, em 1887, sempre revelou uma aguda percepção dos problemas sociais; o seu romance *A Bagaceira* é todo ele dedicado aos matutos da Serra da Borburema; sua capacidade e autoridade para falar sobre os Quebra-Quilos é incontestável:

---

(36). — *História de Campina Grande, ob. cit.*, pp. 156 e 157.

(37). — *Brejo de Areia, ob. cit.*, ps. 144/146

“A revolução do Quebra-Quilos teve um carater mais violento do que geralmente se lhe attribue (diz José Américo). Campina, Areia, Bananeiras, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Pilar, foram o campo de destruição desses selvagens remanescentes, que poderiam ter sido pacificados pela intervenção moral. Mas o governo imperial preferiu destacar mais de mil homens, sob as ordens do coronel Severiano da Fonseca, contra o movimento quase amortecido. E a repressão excedeu os malefícios da horda devastadora, envolvendo na batida cega elementos estranhos ao levante...” (38).

O Relatório do Coronel Severino da Fonseca refere-se ao seguinte tópico do *Despertador*:

“Um grupo de soldados assalta, pela calada da noite, uma povoação pacífica, arrombam, quando se não abrem, as portas das habitações, prendem seus moradores e os espancam, saqueando suas casas, esturpando suas filhas, violam suas esposas e, atados com cordas, são todos conduzidos ao acampamento central. E tudo isso é praticado por soldados brasileiros, comandados por oficiais também brasileiros, tendo por chefe um distinto oficial, o coronel Severiano Martins da Fonseca”.

O Coronel Severiano responde ao que chama “espantoso e arrojado cinismo”, com a seguinte frase: “Quem me conhece verá nestas acusações a minha própria defesa”. Do seu Relatório consta a seguinte “Circular”:

“Chegando ao meu conhecimento que alguns senhores officiais, quando encarregados, já de efetuar prisões, e já de conduzir presos, empregam demasiado rigor, vossa senhoria faça-lhes sentir que um tal procedimento é ofensivo à disciplina e preceitos militares. A cega observância da lei é um padrão de glória para o militar zeloso de seus créditos, e é a única e segura norma que deve seguir” (39).

O capitão José Longuinho da Costa Leite “Comandante da ala esquerda do 18º batalhão de infantaria”, respondeu à referida circular nos seguintes termos:

“Os presos que daqui têm sido conduzidos para a Capital, ou são implicados na sedição ou reconhecidos ladrões e assassi-

---

(38). — *A Paraíba e seus Problemas, ob. cit.*, p. 218.

(39). — *Ob. cit.*, p. 133.

nos, indicados pelos próprios habitantes desta Cidade (Areia) e suas circunvizinhanças e até presos por eles, que se interessam em auxiliar a força nessas prisões.

“Estes homens, com quem não se deve ter consideração alguma, pois que até são repelidos dos habitantes dos próprios lugares em que nasceram, são em geral conduzidos por pouca força em consequência de se achar a de meu comando subdividida, de maneira que, colocado eu no — caso extremum — previsto no art. 28 do Regimento, lanço mão dos meios que maior segurança podem oferecer na condução deles para a Capital.

“Em falta de algemas, tenho usado para esse fim de cordas e especialmente de correias, que prendendo o indivíduo pelos braços não o magoa tanto como aquelas. Um grupo, porém, a que indevidamente chamam oposição, esquecendo-se dos elevados fins da imprensa, tem se servido de minha modesta personalidade para ferir a administração da Província, e atribuir-me atos de selvageria, que sou incapaz de praticar” (40).

Na opinião do historiador paraibano Coriolano de Medeiros,

“a ferocidade dos vencedores alçou-se impiedosa para abater-se sobre as vítimas, no abraço angustioso do colete de couro, invento ou adaptação diabólica do militar paraibano conhecido pelo nome de Longuinho, capitão do 18º batalhão, unidade militar que deixou nos sertões da Paraíba a mais pavorosa tradição” (41).

Na verdade, a missão das tropas imperiais foi exclusivamente punitiva, como reconhece o seu próprio comandante, Coronel Severiano Martins da Fonseca, em seu Relatório:

“A sedição não está debelada; os sediciosos agacham-se nos matos como feras esperando a retirada dos que lhes fazem medo para depois poderem dar pasto aos seus tresloucados desígnios; todos aqueles que nela tomaram parte, que lançaram o terror no seio das famílias e que provocaram até uma insurreição de escravos, necessitam conhecer o rigor da lei e ficarem por uma vez convencidos que impunemente não se arremessa de chofre a confusão no meio de uma sociedade pacífica. Os batalhões vindos do Rio têm sido indevidamente fracionados em Pernambuco, apesar da necessidade palpitante que há de baionetar nesta Província (Paraíba), onde os sediciosos que conseguiram escapar

---

(40). — *Ob. cit.*, pp. 135 e 136.

(41). — *Revista do Instituto Histórico Paraibano*, vol. 4º, de 1912, p. 57.

à ação da justiça, necessariamente procurarão repetir os atos de infame selvageria logo que a força se retire, e o único meio que vejo para prevenir futuras desgraças é empregar-se o maior número possível de forças, a fim de buscá-los em seus esconderijos e proceder-se energicamente contra eles.

“Eu não peço soldados para combater porque tenho certeza de não encontrar resistência alguma, peço-os apenas movido pelo generoso empenho de garantir os filhos e as autoridades de uma Província, que está em condições tão pouco satisfatórias, que nem dispõe de polícia moralizada para obedecer a esta exigência imperiosa... Não terei cumprido a honrosa missão que me foi incumbida, sem que tenha hasteado a bandeira da ordem, sem que tenha garantido as autoridades pela completa limpa da canalha armada de bacamartes e sem que tenha restabelecido a paz no seio de uma Província que pode, para o futuro, ombrear-se com suas irmãs” (42).

João Florentino Meira de Vasconcelos (de quem já falamos), que não era nenhum agitador subversivo, chegando a Ministro da Marinha em 1882, relata o movimento dos Quebra-Quilos com as seguintes observações:

“Aproximava-se a época da cobrança dos novos impostos. Por sua natureza deviam ser eles cobrados nas feiras e mercados do interior da Província. No dia marcado, apresentaram-se os exatores, mas a população não consentiu na cobrança e levantou-se em grupos.

“O movimento popular foi pacífico, não teve caráter político, não se praticou atentado algum, nem contra a vida nem contra a propriedade; podia o povo estar em erro, mas estava possuído de boas intenções. A autoridade local, que partilhava dos mesmos sentimentos, não reagiu contra o movimento. Os exatores, diante daquela atitude, abandonaram a cobrança; o único pensamento do povo era proibir que se pagasse o imposto, isso conseguido tudo tendia a acalmar-se, apenas notou-se em alguma localidade o excesso de quebrarem-se pesos e medidas do sistema métrico decimal, e veio daí a denominação de quebra-quilos.

“Algumas influências políticas dirigiram-se ao presidente da província, e representaram-lhe que era fácil acomodar e pacificar a população, sem emprego de força pública, que iria abrir luta e derramar sangue. Mas o presidente da província não atendeu a esta informação, nem aceitou a intervenção de seus amigos po-

---

(42). — *Ob. cit.*, ps. 109 e 110.



líticos para pacificar o povo, e como uma dessas influências reprovou com franqueza a insistência do presidente, saiu do palácio para a prisão!

“O Presidente telegrafou para a Corte (o cabo submarino Rio-Bahia-Recife foi inaugurado em 1873) e assim foi remetida para a Província uma força de linha. Quando chegou esta força, já estava quase extinto o movimento popular; não obstante, os soldados foram espalhados por diversas localidades, com carta branca para perseguir a população inofensiva.

“Horrores foram praticados, o asilo do cidadão era violado em qualquer hora; a honra da esposa, da donzela, da viuva, e da mulher honesta ficou exposta ao assalto e à violência militar. As mães, as filhas, as irmãs, seguiam até à Capital seus filhos, pais e protetores, mas o que podiam fazer senão clamores?

“Fizeram-se prisões em massa, velhos e moços, solteiros e casados, todos acorrentados e alguns metidos em coletes de couro eram remetidos para a Capital. Alguns infelizes, cruelmente comprimidos e quase asfixiados pelos coletes de couro, caíam sem sentidos pelas estradas, deitando sangue pela boca.

“É certo que alguns dos infelizes presos para o recrutamento e que eram logo remetidos para a Corte, encontraram justiça do governo imperial; alguns maiores de 40 anos foram aqui julgados incapazes e reenviados para a Província. Era esta, porém, uma reparação incompleta. O ataque à liberdade já tinha sido efetuado; a violência contra a propriedade, a vida e a honra não tinham mais reparação possível.

“Toda essa perseguição operou-se na minha província (continua João Florentino), na zona destinada à agricultura; foi na época da colheita da safra; foi na época apropriada para se prepararem novas plantações. Com esses fatos as colheitas perderam-se e não se prepararam novas plantações.

“Foi nessas condições que sobreveio a seca (1877); as finanças arruinadas, a lavoura estragada, a população perseguida pelas baionetas do despotismo” (43).

As tropas de linha do Império ainda se prestaram a operações de combate ao banditismo (cangaço) no alto sertão, onde não havia chegado o movimento dos Quebra-Quilos, como revela o Coronel Severiano:

“Tendo ficado em disponibilidade a ala esquerda do 189 batalhão de infantaria (capitão Longuinho), determinei que ex-

pedicionasse para o alto sertão, a fim de prender nos municípios de Pombal, Catolé do Rocha, Souza, Cajazeira (já nos limites com o Ceará), Piancó, Misericórdia, Patos e Teixeira os criminosos e malfeitores que infestavam aqueles lugares. . .

“A força militar, assim disseminada em pequenos destacamentos verdadeiramente policiais, perde os hábitos de soldados, há a falta de unidade das frações, a disciplina sofre e a administração fica altamente prejudicada. . . Concordei com S. Excia. o Sr. Presidente da Província, enquanto se persegue os criminosos, em colocar nas cidades os destacamentos, porém, não opino pela sua constante estada ali” (44).

Pelo “mapa da força”, constante do Relatório, pode-se ver que o efetivo das tropas chegadas do Rio de Janeiro era de 667 homens, incluídos 7 oficiais superiores, 1 médico, 2 cirurgiões, 13 músicos, o regimento de artilharia a cavalo, com 46 homens, e o regimento de cavalaria ligeira, com 4 homens. A força foi distribuída da seguinte maneira: 50 homens para Campina Grande; 28 para Areia; 23 para Ingá; 22 para São João do Cariri; 16 para Alagoa do Monteiro; 16 para Alagoa Grande; e 16 para Alagoa Nova. Os restantes ficaram aquartelados no Convento de São Francisco, na Capital.

Pelo mesmo “mapa” aparece o Corpo de Polícia da Província, com 266 homens, e o contingente da Guarda Nacional, com 181 homens. Ao todo 447 soldados e oficiais.

Ao que tudo indica, se o presidente da província da Paraíba, Dr. Silvino Elvídio, tivesse o prestígio local e o tirocínio de Sá Albuquerque, poderia ter resolvido o problema dos Quebra-Quilos como foi resolvido o do Ronco da Abelha. Os alarmantes ofícios do Dr. Silvino ao Governo Imperial, corroborados pelas intrigas palacianas dos maçons, é que provocaram o desnecessário e exagerado envio de tropas para a Paraíba.

Depois de efetuadas as prisões em massa, de que falam todos os relatos, é que teve início o inquérito policial, orientado pelo Chefe de Polícia da Província, Dr. Manuel Caldas Barreto, sendo pronunciados pela justiça, como “cabeças da sedição”, 34 réus, entre os quais figuram: Padre Calixto Correia Nóbrega (vigário de Campina Grande), Antônio Monteiro de Souza, José Correia de Araujo, Manoel Nunes da Silva, João Vieira da Silva (João Carga d'Água), Manoel José de Santana, Matias de Holanda Chacon, Remígio de França Coelho, Matias de Freitas Vasconcelos, Antônio Alves Barbosa, Idalino Cavalcante de Albuquerque, Resende de Arruda Câma-

---

(44). — *Ob. cit.*, pp. 122 e 123.

ra, Francisco José de Lima, Manoel Alves Barbosa, Martiano Ferreira de Maria e Silva, Manoel Maria Breyner, major (da Guarda Nacional) Antônio Lelles de Souza Pontes, tenente Cleodon Clementino Pereira, alferes Jeremias Clementino de Vasconcellos e alferes Antônio de Souza Ribeiro. Estes são os indicados na relação apresentada pelo historiador paraibano Coriolano de Medeiros (45), faltando o nome dos 14 restantes.

Em anexo ao Relatório do Coronel Severiano, vem uma nota “reservada”, que Alcides Bezerra supõe “ser do próprio punho do Dr. Silvino Elvídio”, com a indicação das seguintes “pessoas chefes ou agentes dos revoltosos”: Padre Calixto (vigário de Campina), Coronel Eufrásio de Arruda Câmara (em Campina), Padre Bento (vigário do Ingá), Roldão Oliveira Carneiro, Francisco Carneiro Meira, José Raposo de Souza, Umbelino Guedes, Matias de Freitas Vasconcelos (morador na Serra do Pontes), Manoel Alves Barbosa, (Neco, Barra de Natuba), João Francisco (do Riachão), Idalino Cavalcanti (Serra Redonda), Saturnino de Souza (Serra Redonda), Alexandre Viveiros (criminoso e ladrão façanhoso), Manoel da Costa Travassos (Ingá), Raposo de tal (Serra dos Pontes ou Redonda), Manoel Batista Guedes, Adelino Batista Guedes (criminoso de morte), Manoel de Barros (assassino, morador nas Queimadas), João Nunes, Tomás, Manoel Maia (Fagundes), João Carga d’Água (preto, chefe importante), José Filho (Seriema), Gonçalinho e parentes (Capoeira), José Correia (Campina), Luiz de tal (Floriano), José Maria (Maçaranduba), Francisco Pancada (*idem*), Damião (São Miguel), José Querino e irmãos, José Estevão (Várzea Alegre) e todos os cabras de Várzea Alegre (46).

No dia 17 de setembro de 1875, veio o Decreto Imperial nº 5.993, anistiando todos os implicados na questão religiosa:

“Ficam anistiados os bispos e outros eclesiásticos das dioceses de Olinda e do Pará, que se achem envolvidos no conflito suscitado em consequência dos interdictos postos a algumas irmandades das referidas dioceses, e em perpétuo silêncio os processos que por esse motivo tenham sido instaurados”.

A anistia foi estendida aos envolvidos no processo dos Quebra-Quilos e todos os indiciados foram postos em liberdade. O vigário Calixto foi recebido em Campina Grande com muitas festas e João Carga d’Água voltou a oferecer sua água aos habitantes da Cidade.

---

(45). — *Ob. cit.*, p. 57.

(46). — *Ob. cit.*, pp. 132 e 133..

Alexandre Pereira de Souza Carvalho, conhecido por Alexandre Viveiros, que devia responder a outros processos, continuou preso, logrando fugir da cadeia de Campina Grande no dia 6 de maio de 1877, quando o destacamento policial da cidade abandonou o seu posto, em virtude da grande seca que assolou a Província naquele ano, como anota José Américo (47).

## VII

### O PROTESTO DOS MATUTOS E A QUESTÃO DOS BISPOS.

No Quebra-Quilo nota-se uma peculiaridade de singular importância: como se vê em todos os relatos, a revolta dos matutos era dirigida "contra o governo", "contra os doutores"; e não contra os "senhores de engenho" ou "coroneis fazendeiros". No próprio Relatório oficial do comandante das tropas aparece o seguinte tópico:

"Os negociantes, os proprietários e os senhores de engenho, sobre quem recaem quase todos os impostos, consentiam em suas próprias casas conversações tendentes a um protesto enérgico contra um ato menos considerado da Assembléa Provincial, parecendo assim de qualquer sorte terem inoculadas no coração as idéias de que se achava possuído o resto do povo". (48).

Na verdade, a província da Paraíba tinha sérios problemas, agravados por uma administração sem capacidade; o que é assinalado pelo Coronel Severiano:

"O orçamento provincial fazia parte principal de toda a conservação do lar, da praça pública, do balcão e ainda ele não se achava publicado, já se percebia a antipatia com que seria recebido. Antipatia que pressagiava funestos acontecimentos e era sintoma ameaçador de uma convulsão popular". (49).

O protesto dos matutos iniciou-se na feira de Fagundes, no dia 31 de outubro de 1874, e até o dia 9 de dezembro do mesmo ano o *Jornal da Paraíba*, porta-voz do governo da Província, diz apenas

"que a população se tem tornado remissa ao pagamento dos impostos... e algumas pessoas do povo falaram contra a lei de recrutamento, que denominaram lei do cativo, e os novos pesos e medidas, frutos das doutrinas de *O Despertador*" (ver Cap. IV).

---

(47). — *Ob. cit.*, p. 140.

(48). — *Ob. cit.*, p. 122.

(49). — *Ob. cit.*, p. 121.

Até então nenhuma referência à questão dos bispos é levantada no *Jornal da Paraíba*, o qual, no dia 2 de dezembro, noticia, em termos respeitosos, a possibilidade de

“Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira ser nomeado pelo Santo Padre Pio IX para o importante cargo de cardeal”.

Parece-nos claro que tal notícia não seria divulgada nestes termos, caso houvesse a menor suspeita de ligação entre a questão dos bispos e o movimento dos matutos.

Em princípios de dezembro é que os jornais de Pernambuco, refletindo as intrigas palacianas entre maçons e jesuitas, começam a responsabilizar estes religiosos pela revolta dos matutos, que se espalhou por toda a Serra da Borburema. O pretexto foi logo aproveitado pelo Governo da Paraíba, que já não podia explicar o vulto do movimento, resultado de sua incúria e violência, tanto nos impostos como no recrutamento.

Parece-nos que basta ler o Relatório do Presidente da Província da Paraíba, no que se refere ao recrutamento (Cap. III), para ver o motivo da insatisfação dos matutos, aliado ao imposto do chão; todavia, a propalada influência da questão religiosa no movimento Quebra-Quilos ainda daria muito que falar.

Irenêo Joffily limita-se a dar o seu testemunho:

“Podemos assegurar, como testemunho de vista, que não é verdadeira a opinião dos que dizem ter sido a sedição — quebra-quilos — promovida pelo clero paraibano e principalmente pelo missionário padre Ibiapina” (50).

José Américo mata a questão com a seguinte frase:

“A fantasia dos serviçais filiou inconsciência dos matutos a uma suposta conspiração política, insuflada pelo clero, como represália à prisão do bispo Dom Vital” (51).

Coriolano de Medeiros aceita os argumentos dos maçons a respeito de uma chefia oculta na revolta dos Quebra-Quilos, com os seguintes argumentos:

---

(50). — *Ob. cit.*, p. 187.

(51). — *Ob. cit.*, p. 218.

“Realmente, os matutos sempre tiveram ojeriza ao recrutamento para as forças de mar e terra, mas, embora a contragosto, o suportavam e se alguns motins houve, pode-se descobrir que foram impulsionados mais por insinuações de potentados locais, do que pela ignorância dos habitantes dos campos... De boa-fé, ninguém acredita que os sertanejos de Bodopitá se congregassem contra o governo, se levantassem contra D. Pedro, que lhes merecia a veneração de um santo, movidos unicamente por seus próprios sentimentos...

“O povo paraibano não recebeu sem pesar a notícia da violência sofrida pelo bispo conterrâneo frei Vital, nascido em Pedras de Fogo, e os mais rudes, deixaram-se insinuar, capacitaram-se mesmo da necessidade dum levante e, num momento que pareceu asado, irromperam brutais, ferozes, devastando muitas localidades, destruindo propriedades, aniquilando vidas, incendiando arquivos, que continham bons documentos para a nossa história, saqueando casas de comércio e de família. Caro, porém, custou-lhes a insinuação; a força pública, os mantenedores da ordem, cobraram juro estupendo e como nem todos os sediciosos foram apanhados, pagaram os filhos, os parentes e os amigos” (52).

Horácio de Almeida também procura demonstrar a preponderância dos motivos religiosos na revolta dos matutos:

“Um exame objetivo das causas apontadas como determinantes da sedição (diz Horácio) convence desde logo da improcedência de muitas delas, inculcadas subrepticamente no intuito de acobertar o verdadeiro motivo da mazorca.

“A lei que mandou adotar no país o sistema métrico decimal data de 1872, além do que não acarretava prejuízo para as massas. Quanto ao aumento dos impostos, não é possível aceitar esse motivo. Basta dizer que a lei que criava novos tributos não havia ainda sido posta em execução. O mesmo ocorre com relação à lei que deu nova organização ao exército e estabeleceu o alistamento militar. E bem examinada a questão, verifica-se que beneficiava as camadas mais baixas da população, sobre as quais recaía, até então, o imposto de sangue, devido ao exército”. (53).

Parece-nos que o exame das apontadas causas demonstra exatamente o contrário. O Decreto Imperial nº 5.169, “aprovando o regulamento para aplicação do sistema métrico decimal”, é de 11 de dezembro de 1872, e, ao que tudo indica, só iria chegar aos povoa-

(52). — *Ob. cit.*, Rev. do Inst. Hist. Paraibano, vol. 4º, de 1912, ps. 56 e 58.

(53). — *Brejo de Areia, ob. cit.*, p. 138.

dos da Serra da Borburema em meados de 1874, provocando os atropelos já narrados no Cap. V. Quanto aos impostos, são referidos “como motivos da sedição” desde as primeiras notícias publicadas no *Jornal da Paraíba*, e na verdade eram tão exorbitantes e odiosamente cobrados pelos arrematantes, que o próprio Coronel Severiano faz sentir o seu desagrado.

Finalmente, no que se refere ao “Imposto de sangue”, bastaria que o Dr. Horácio tivesse tido o cuidado de ler o Relatório do Presidente da Província da Paraíba, de 7 de agosto de 1874 (que reproduzimos no Cap. III), onde o Dr. Silvino Elvídio, desprezando as recomendações do Governo Imperial, resolve aplicar o recrutamento, inclusive para a polícia,

“com a máxima severidade, visto como (no seu entender) à falta de trabalho e ocupação honesta é que a população ignara procura atentar contra a segurança individual e de propriedade”.

Ao contrário do que imagina Horácio de Almeida, houve imediata reação do povo, como se vê no mesmo Relatório:

“Tem-se dado em minha administração (diz o Dr. Silvino) três tomadas de recrutas do poder das escoltas. Hei de manter o máximo rigor em sua repressão, visto como, infelizmente, tenho conhecimento que eles tendem a tomar um certo desenvolvimento”.

Isto nas vésperas do Quebra-Quilos!

Desprezando (ou ignorando) todos esses elementos, o historiador do *Brejo de Areia* vê apenas, na questão religiosa, o motivo determinante da revolta dos matutos, como se não tivessem eles capacidade para protestar contra tantos desmandos, confessados e proclamados.

“No ano de 1873 ia alta a luta entre a igreja e a maçonaria (continua Horácio de Almeida). Corre processo contra o bispo de Olinda por imputação de desobediência ao governo. Na Paraíba, quem mais exaltado se mostra é o padre Calixto da Nóbrega, vigário de Campina Grande. Tomado de zelo apostólico pela causa da igreja, vai ao Recife visitar o bispo Dom Vital. De volta, convida Ibiapina, missionário de real prestígio no seio da população do nordeste, para abrir missões em sua freguesia.

“Ibiapina prega doutrina subversiva. Manso de índole e notável em virtude, deixa-se contaminar da paixão que o clero fomenta em desagravo da igreja ultrajada. Falando à população devota, declara-se admirado de o povo não haver ainda se levanta-

tado, como um só homem, contra o governo... As missões realizadas em dezembro de 1873 foram a semente da sedição, germinada em novembro de 1874.

“Nesse meio tempo (continua Horácio), o zelo religioso transborda de todo o clero em chagas que sangram. Dom Vital é preso no seu palácio episcopal de Olinda, a 2 de janeiro de 1874... Padre Calixto da Nóbrega não deixa que o fogo da exaltação se apague. Espírito de luta, prossegue na campanha contra os maçons. Funcionava em Campina Grande, por aquela época, uma sociedade maçônica denominada Segredo e Lealdade, cujos membros, católicos praticantes (Horácio os conhecia, apesar do “segredo”), foram expulsos da igreja pelo padre Calixto, debaixo de apóstrofes vexatórias...

“Irenêo Joffily nega a participação do clero paraibano na sedição. Tratando-se de um nome de alto conceito na história da Paraíba, sua opinião foi seguida por outros historiadores. Não somente Irenêo Joffily testemunhou os fatos como há suspeitas fundadas de que houvesse participado da intentona como um dos seus mentores” (54).

Elpídio de Almeida subscreve todas as razões do seu irmão Horácio e acrescenta:

“Não se pode jurar pela inocência de Joffily na irrupção do movimento sedicioso... Ocupava o cargo de promotor público de Campina Grande o bacharel Francisco de Gouveia Cunha Barreto, que, dominado o levante, entrou em licença, sendo substituído por Francisco Antônio Justiniano de Carvalho, o qual solicitou exoneração em 7 de janeiro de 1875. Pediu então o juiz de direito a Irenêo Joffily que aceitasse o cargo, pois precisava fazer a qualificação dos jurados. Aquiesceu Irenêo Joffily ao pedido, mas com a condição de exonerar-se logo que chegasse à cidade o chefe de polícia. Carta de Joffily ao juiz Meira Henriques:

“Em resposta à honrosa carta de V.S., na qual me convida a aceitar o cargo de promotor interino desta comarca, tenho a dizer-lhe que não desejo, de modo algum, servir atualmente em tal cargo; acresce que ele vai de encontro aos interesses de minha profissão de advogado. Entretanto, pela urgência do serviço público que alega V. S., aceito-o. Mas devo prevenir a V.S. que pedirei minha exoneração logo que chegar o Dr. chefe de polícia para instaurar processos aos cabeças da sedição. Conto que

---

(54). — *Brejo de Areia, ob. cit.*, pp. 139-141.



V.S. me atenderá, dando o devido peso às minhas razões. Com toda a consideração. Ass. Irenêo Ceciliano Pereira Joffily. Campina Grande, 13 de janeiro de 1875”.

“E assim se fez. Nomeado Joffily em caráter interino por portaria datada de 13 de janeiro, demitiu-se a 23, no dia seguinte à chegada do chefe de polícia Caldas Barreto, permanecendo apenas 10 dias na promotoria” (55).

Algumas personalidades referidas por Horácio de Almeida merecem que se lhes dedique alguns traços biográficos, ligados ao contexto social da época:

José Antônio Pereira Ibiapina nasceu na fazenda dos seus pais, Morro da Jaibaira, perto de Sobral, aos 5 de agosto de 1806. Por volta de 1823 estudava no Seminário de Olinda, regressando ao Ceará, no ano seguinte, para dar cobertura à sua família, perseguida por se ter envolvido na Confederação do Equador; seu irmão Raimundo morreu afogado quando tentava fugir do presídio da ilha de Fernando de Noronha. Em 1828, figura Ibiapina entre os primeiros alunos matriculados na Faculdade de Direito de Olinda e mesmo antes de formado já era professor interino de Direito Natural.

Em 1835, vamos encontrar Ibiapina como juiz de direito de Quixeramobim, no Ceará, onde organizou, criteriosamente, o corpo de jurados, pretendendo corrigir o despotismo, deixando a magistratura quando alguns potentados invadiram a cadeia de Tauá e executaram um dos presos no meio da rua. Ingressando na política, foi eleito deputado geral pelo Ceará, não se adaptando à política, a que também renunciou, reaparecendo no sertão do Ceará e da Paraíba como advogado, muito aclamado nos júris de que participava; em Areia, defendeu um parricida, sendo decantado em A. B. C. nas feiras.

Ainda insatisfeito, voltou-se para o fervor religioso, recebendo ordens no seminário de Olinda, já com 46 anos de idade (56).

Como missionário, deixou Ibiapina largo traço do seu apostolado nos sertões, desde o Piauí até Pernambuco, reunindo multidões para ouvir os seus sermões messiânicos. O tema de suas pregações era sempre o desprezo pelos bens terrenos e a caridade, obtendo ajuda de todo o povo na construção de cemitérios e lazaretos para as vítimas da epidemia de cólera em 1862, como na construção de casas de caridade para abrigar as vítimas das secas; mas também fez construir vários açudes. Pode-se dizer, sem exagero, que centenas de obras por ele dirigidas funcionaram durante muitos anos com notável eficiência.

---

(55). — *História de Campina Grande, ob. cit., p. 154.*

(56). — Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife.* Guilherme Studart, *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense.*

Com mais de 70 anos, já entevado, era carregado por seus “beatos” em uma rede. Faleceu Ibiapina no povoado de Araras, na Paraíba, em 19 de fevereiro de 1883.

Não há dúvida que o Pedre Mestre Ibiapina, de quem os matutos contavam inúmeros milagres, poderia ter inflamado todo o sertão, mas sua doutrina era marcadamente pacifista; os cangaceiros, de joelhos, lhe entregavam os trabucos, e as famílias inimigas abraçavam-se sob sua bênção; vários episódios como estes são narrados pelo seu coadjutor, cônego José Paulino Duarte da Silva.

Na verdade, teve Ibiapina sérios atritos com os maçons de Campina Grande, quando lá esteve em dezembro de 1873, e aqui vai o relato do seu coadjutor:

“Chegando o nosso santo Apóstolo a essa opulenta cidade, e achando a maldita maçonaria em seu auge, teve muito que combater, defendendo a santa Religião Católica, que se achava ultrajada e perseguida pelos perversos maçons, que não temiam a Deus nem as penas do inferno. O zeloso Apóstolo deu princípio à missão, não temendo nada, nem os mesmos maçons, que até queriam tirar-lhe a vida. O desejo dele era sofrer, por isso não houve nada que o impedisse de cumprir o santo dever de que se achava encarregado.

“Finda a missão, lançou a bênção ao auditório, deixando todos em paz, e seguiu para a Casa de Caridade de Pocinhos. Aí demorou-se pouco tempo e dirigiu-se para a Casa de Caridade de Santa Fé (Araras), onde chegou no dia 29 de dezembro de 1873, e trouxe seis moças, que abandonaram as vaidades do mundo. E como havia muitas pessoas pobres, via-se o Padre Mestre na precisão de sustentar os que necessitavam de alimento e receber muitas orfãs e moças que desprezavam o mundo...

“Segue-se o infausto parágrafo do quebra-quilo (continua o cônego José Paulino). No dia 8 de dezembro estava o Padre Mestre em companhia de suas filhas espirituais, assistindo às cenas que nesse tempo se representavam. Estava aberto o portão do Jardim para as pessoas que vinham assistir às ditas cenas, que eram representadas pelas orfãs, quando uma pessoa chegou onde estava o Padre Mestre, prostrou-se, pediu a bênção e entregou-lhe uma carta. Terminado o ato, todo o povo saiu. Ao chegarmos, o nosso Padre se sentou e disse: — Recebi uma carta, dizendo-me que me acautelasse, porque queriam prender-me; não se perturbem, se me prenderem, estarei consolado, pois é pelo amor do bom Deus que tudo mereço.

“Passado alguns dias, eis que chega uma pessoa com esta notícia: — Acolá vem uma tropa—. Muitas pessoas queriam

armar-se contra os tiranos; porem, o Padre, com todo o sossego, disse-lhes que não fizessem tal. Alguns dias depois veio a tropa até a povoação de Araras, porem com outros desígnios, ainda que mostrassem ter aversão ao Padre Mestre e à Caridade” (57).

Com tais elementos, é facil imaginar as imprecações do padre mestre Ibiapina contra os maçons, mas não se queira com isso desviar o principal motivo da revolta dos matutos.

O Coronel Severiano da Fonseca evita falar no problema do recrutamento, mas aceita a exorbitância dos impostos e confirma a impopularidade do governo da Província. Sua formação ideológica não permite o reconhecimento da legitimidade de uma revolta em tais condições; a solução do problema é muito clara, mas seria perigoso reconhecer-la; as intrigas dos maçons contra os jesuitas vinham a calhar, podendo-se aceita-las sem maiores riscos.

Vejamos o que diz, cautelosamente, o Coronel Severiano:

“Passo agora às causas que contribuíram para que o povo chegasse a tamanhos excessos. A homogeneidade de idéias de todos os grupos muito me esclareceu e eis como eu classifico as causas da sedição:

“1º a pobreza e os impostos onerosos sobre ela;

“2º a igno:rância da população do centro da Província;

“3º a desmoralização da autoridade por falta de apóio, e proteção ao crime por falta de meios de repressão.

“Os homens pobres, ignorantes, cobertos de impostos e tendo horizontes largos para a prática de crimes pela completa ausência de meios de repressão, rasgaram um vasto campo para dois poderosos inimigos, os quais considero como motores de toda essa subversão contra a ordem e tranquilidade públicas”. (Tranquilidade com “homens pobres cobertos de impostos”?!).

“Um, trabalha às claras e nas trevas (continua o Coronel Severiano). Tem o púlpito e o confessorário para minar a consciência dos povos; outro, sempre à luz do dia, abusando na imprensa da sua inteligência e brilhante linguagem para levantar ódios, no seio de uma população dócil e pacífica; este é o político desgostoso, que quase nunca trepida em caluniar a bandeira de seu próprio partido”. (Refere-se aos artigos de Felizardo Toscano n’O *Despertador*, combatendo o recrutamento e a majoração de impostos).

---

(57). — Notas sobre a Vida do Padre Ibiapina, Extraídas do Arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé. Cônego José Paulino Duarte da Silva. Paraíba, 1915.

“O padre Ibiapina, adorado nos sertões da Paraíba como um santo varão, parece que, cedendo ao peso dos anos, tem-se, nestes últimos tempos, arredado do verdadeiro caminho estabelecido pela Religião do Crucificado. Prega aos povos, que vêem nele um santo, a revolta, a desobediência às leis e atira ao seio da nação a semente da desordem e confusão. No púlpito de Campina Grande, em dia de imenso concurso de fiéis, dizia ele:

“Não obedezais ao governo, porque o Governo é maçom! Filhos, não obedezais aos vossos pais! Mulheres, abandonai os vossos maridos! Escravos, fugi ao jugo de vossos senhores! Se acaso forem maçons o pai, o marido ou o senhor”.

“De idéias subversivas não há só um Ibiapina, as coroas ultimamente abertas nos seminários estão cevando o ódio provocado pelo desespero de verem presos dois dos principais representantes da Igreja do Império.

“Analisando os atos, aliás bem condenáveis, da Assembléa Provincial (continua o Coronel Severiano), que sobrecarregava a população de impostos vexatórios e inconstitucionais, os desgostos políticos não indicavam o meio mais fácil de abrandar o erro; fulminavam, incendiavam! Chegando a brasa à pólvora que o padre ajuntou. O fanatismo e o político desgostoso, estes dois poderosos elementos, convidavam o povo à revolta...” (58).

Parece-nos que o padre Ibiapina não pode ser responsabilizado pelo protesto dos matutos, muito embora se deva reconhecer o reflexo de algumas imagens, absorvidas nas pregações do missionário e repetidas no calor dos quebra-quebras. O que livrou o padre Ibiapina da prisão, porém, não foi tanto a sua inocência, e sim o seu imenso prestígio no seio da população dos brejos da Borburema e sertões do Cariri. Tocar no “padre mestre” era bem mais arriscado do que prender o bispo. Na verdade, dom Vital teve uma defesa muito discreta nos vários setores do clero brasileiro, o que é reconhecido por todos os seus biógrafos.

O levante dos matutos não podia ficar sem um chefe ou mentor, e assim aparece o vigário Calixto Nóbrega como figura central do processo de que foi encarregado o chefe de polícia, Dr. Caldas Barreto.

A mais grave peça de acusação contra o vigário é formulada no seguinte período do Relatório do Chefe de Polícia:

“O vigário Calixto vinha há mais de um ano procurando excitar o ânimo do povo contra o governo e suas autoridades, tomando por assunto o maçonismo; em auxílio do seu plano convidara

o padre Ibiapina; na ausência deste, continuara ele a insuflar no povo idéias anárquicas, das quais originaram-se mais de uma vez distúrbios e ferimentos; os grupos sediciosos prestavam-lhe obediência, ao ponto de uma testemunha ter visto uma pessoa do povo ajoelhar-se aos seus pés e lhe entregar um bacamarte e uma faca de ponta; os grupos vieram à cidade (Campina Grande) a convite do mesmo vigário, em defesa do catolicismo..." (59).

O vigário Calixto era um padre descontraído, mexia com política, fazendo oposição aos Carneiro da Cunha, ao lado de Joffily e Felizardo Cardoso, e vivia carregado de filhos, amigo com respeitável matrona. É possível que tenha visitado Dom Vital e não há dúvida que combatia a maçonaria com sermões inflamados. Os maçons dominavam o comércio de Campina Grande, que principiava a firmar-se como centro de abastecimento, e não perdoavam o irrequieto vigário.

O prestígio do vigário Calixto entre os matutos era indiscutível, tanto assim que os escravos foram bater na sua casa para saber o que diziam os livros do Fundo de Emancipação; mas, na verdade, sua atuação foi sempre conciliatória. No próprio Relatório do Chefe de Polícia se vê que acomodou os escravos e, quanto aos matutos, procurava mante-los desarmados, como fez no caso do que lhe foi "entregar o bacamarte".

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha devia ter séria malquerença ao vigário Calixto, pois em 1º de março de 1875, quando já corria na Paraíba o processo contra os cabeças da revolta, dirige-se ao conselheiro do Império João José d'Oliveira Junqueira, nos seguintes termos:

"Envio a V. Excia. um exemplar do *Publicador*, no qual verá uma correspondência de Campina Grande com referência aos movimentos sediciosos naquela comarca, que considera a questão religiosa a fonte de todos eles" (60).

O artigo do "correspondente" de Campina Grande diz o seguinte:

"Realizou-se, no dia 7 de fevereiro do corrente ano (1875), à noite, o — grande soiré — determinado pelo vigário Calixto Correia Nóbrega, em ação de graças ao juiz de direito, Dr. Antônio da Trindade Meira Henriques, pelos serviços prestados à população ordeira desta comarca nos dias dos infaustos acontecimentos. Teve lugar a festa na casa do Dr. Irenêo Joffily, chefe dos católicos do vigário...

---

(59). — *História de Campina Grande, ob. cit., p. 158.*

(60). — *Publicações do Arquivo Nacional, ob. cit., vol. XXXIV, p. 153.*

“A reunião tem sido objeto da admiração geral. Ver consorciadas em uma festa solene, no seio de uma população ainda aterrorizada pelos graves atentados há pouco havidos, a primeira autoridade criminal da mesma e o principal chefe das mesmas desordens!!!

“Ver, finalmente, alto funcionário da nossa magistratura receber felicitações e abraços de um inimigo do mesmo poder, qualificado verdadeiro autor da sedição pela autoridade policial encarregada pelo governo para processar os autores dos fatos criminosos...

“Foi preso em Santa Luzia o célebre João Carga d'Água, um dos sediciosos mais audazes, e que, antes de sua retirada, foi prestar ao vigário Calixto o seu preito de submissão e obediência, entregando-lhe as armas e recebendo a bênção pastoral para ser feliz...

“Confiamos no alto critério do digno Sr. Dr. chefe de polícia e esperamos que providenciará com energia e independência. S. Sria., que com sua própria presença observou aqui os fatos e o manejo do jesuitismo, está perfeitamente habilitado para remediar as urdiduras enquanto é tempo” (61).

O expediente do presidente da província da Paraíba ao conselheiro do Império bem revela o ambiente de intrigas, futricas e picardias.

Irenêo Joffily sempre teve destacada atuação política em Campina Grande; já em 1868 era deputado provincial, com apenas 25 anos de idade.

“Pelo futuro adiante, até dias claros da república, vamos encontrar as pegadas de Joffily na crônica”

diz Celso Mariz (62); sua ideologia pode ser avaliada pelos seus artigos na *Gazeta do Sertão*, 14 anos depois.

No dia 7 de setembro de 1888, o artigo de fundo da *Gazeta do Sertão* aparece com os seguintes tópicos:

“Mais uma vez vai troar o canhão; mais uma vez haverá cortejo no Paço Imperial. E o povo? E a Nação?... Digamo-lo com franqueza, não temos festa nacional e não a temos porque a independência do Brasil não foi tanto obra do povo como negra traição de um rei ambicioso de reinar.

---

(61). — *Ob. cit.*, ps. 158/161, artigo de *O Publicador* de 25 de fevereiro de 1875.

(62). — *Apanhados Históricos da Paraíba*, *ob. cit.*, p. 251.

“Banqueteem-se os que criaram e mantêm tão anormal situação; ao povo cabe retrair-se e deixar passar em silêncio o cortejo dos áulicos e dos hipócritas. De quanto pode a vontade de um povo, já exemplo eloquente acaba de ser dado em favor dos cativos, até o ponto de arrancar de uma câmara, em sua maioria escravocrata, a imortal lei de 13 de maio...”

Ao escalar a Serra do Pico, Joffily descansa no rancho “do vaqueiro Eleotério, construído sobre o lajedo” e sentencia:

“sua casa é como um castelo, e ainda pode alcançar celebridade na história paraibana. Tudo indica que grandes movimentos sociais vão aparecer” (63).

Nesta ocasião, Joffily estava acompanhado do vigário de Taperoá, Manoel da Costa Ramos, o “padre Neco” como era chamado, muitas vezes referido na *Gazeta do Sertão* como exaltado republicano.

No Relatório do Coronel Severiano consta que Alexandre Viveiros teria feito as seguintes declarações:

“que ganhou o mato em consequência do aviso que pessoalmente lhe fora fazer o vigário José Antunes Brandão, de que se achava em Lagoa Nova a força do governo...”

Vamos encontrar este mesmo padre Brandão, ainda como vigário de Alagoa Nova, referido na *Gazeta do Sertão* de 20 de setembro de 1889, participando das ruidosas manifestações de júbilo pela vitória de Joffily para deputado geral. Os oradores deste comício já defendiam, abertamente, a república e as reformas de base.

É bem possível que o padre Brandão tivesse mandado avisar Alexandre Viveiros e os matutos do seu grupo a respeito da aproximação das tropas de linha, mas tudo isso, parece-nos, estava muito longe da questão dos bispos, vinculada à revolta dos matutos “pela fantasia dos serviçais”, como define José Américo.

Nas suas *Notas Sobre a Paraíba*, ao tratar da vila Pedra de Fogo, Joffily afirma sua admiração pelo bispo com a breve e sintomática referência:

“Nesta vila nasceu D. Frei Vital, de imortal memória”.  
Quando ele aparecia...”

## VIII

### O QUE FICOU DO MOVIMENTO QUEBRA-QUILO.

Os revolucionários nordestinos de 1817 aguardavam a execução da sentença de morte ou a comutação da pena, compondo versos heróicos ou lastimosos.

---

(63). — *Gazeta do Sertão* de 31/de maio/ 1889.

Domingos José Martins, de todos o mais firme, que se havia casado durante a revolução, poucos meses antes de ser executado, dedicou os seus últimos momentos de vida ao soneto que assim termina:

“A Pátria foi o meu numen primeiro,  
A esposa depois o mais querido  
Objeto de desvelo verdadeiro

“E na morte, entre ambas repartido,  
Será de uma o suspiro derradeiro  
Será de outra o último gemido”.

Na Revolução do Equador, em 1824, Frei Caneca enfrentou o pelotão de fuzilamento com a serenidade imortalizada na seguinte quadra:

“Entre Marília e a Pátria  
Coloquei meu coração.  
A Pátria roubou-me todo;  
Marília que chore em vão”.

A Revolução Praieira, em 1848, já iria repercutir no sul do Brasil; Alvares de Azevedo, o maior nome da literatura daquela época, dedica-lhe sua “Ode a Pedro Ivo”, onde recolhemos os seguintes versos:

“Sonhava, nesta geração bastarda,  
Glórias e liberdade!  
Era um leão sangrento que rugia,  
Da glória nos clarins se embriagava.  
E vossa gente pálida recuava,  
Quando ele aparecia...”

Também Castro Alves iria cantar o ideal dos Praieiros no seu inconfundível estilo:

“Eu disse: — Silêncio, ventos!  
Cala a boca, furação!  
No sonho daquele sono  
Perpassa a Revolução!”

Na revolta dos Quebra-Quilos não poderia faltar uma poesia, e a tradição popular guardou os seguintes versos:

“Sou quebra-quilo encoletado em couro  
Por vil desdouro se me trouxe aqui;  
A bofetada minha face mancha  
A corda, à prancha me afligir senti.



"Nas cãs modestas a tesoura cega,  
De minha enxerga só me resta o pó;  
De esposa e filhas violentam rudes  
As sãs virtudes seu tesouro só.

"E ao quebra-quilo desonrado, louco,  
É tudo pouco quanto a infâmia faz;  
Se aqui contempla da família o roubo,  
Ali no dobro, o flagelam mais.

"Tiranos vedes, que miséria tanta,  
Nem os quebranta meu pungir meus ais,  
Martírio, ultraje, de negror fazei-me,  
Porem, dizei-me se também sois pais!"

Diz Coriolano de Medeiros que, na sua infância, estes versos

"ainda se cantavam dolentemente no interior da Paraíba,  
atribuídos inspiração de um poeta cearense (64).

Também ainda ouvimos estes mesmos versos, declamados em tom pungido pelos velhos sertanejos de Pocinhos, contemporâneos do nosso avô, Irenêo Joffily, mas não tivemos a lembrança de perguntar quem seria o autor desta poesia, que nos deixava arrepiados. Naquela época (1930), Floripes Coutinho, muito referido nas lutas da *Gazeta do Sertão* (1889), já agora beirando os 70 anos de idade e ainda firme na sela do seu cavalo cardão, chamado "barramina", rompia a névoa seca das madrugadas cantando o *Serena Estrela*, uma velha balada de sabor medieval, que era cantada em tom moda, como se fora um cantochão.

Guardamos, pelo menos, uma estrofe do *Serena Estrela*:

"Serena estrela, que do céu partiste,  
Pálida e triste vais morrer além.  
É tarde é tarde o meu viver de amores,  
Com as minhas dores eu me vou também".

Só muito depois, fizemos a ligação do *Serena Estrela* com a poesia dos Quebra-Quilos, constatando, sem a menor dúvida, que se tratava de uma paródia, notando-se em ambas a mesma métrica em decassílabos e as mesmas repetições de rima em eco nostálgico.

A *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 262, de 1964, publica um trabalho de Apolônio Nóbrega, fazendo ligeira biografia de todos os "bacharéis paraibanos de Olinda e Recife", onde trata de

---

(64). — Rev. do Inst. Hist. Paraibano, *ob. cit.*, 1912, p. 59.

um “Dr. Manoel de Brito Machado Paiva, bacharelado em 1860, jurista e poeta, morto em plena mocidade”, sem dizer onde nasceu nem quando morreu, e encerrando os traços biográficos deste personagem dizendo apenas que “o seu poema Canto da Cigarra é descrito como sinal de tristeza e desalento, pois, no final, se denuncia:

“Maldito o canto que a cigarra estala  
E a tudo fala de tristeza e dor,  
Contando as horas a donzela anseia  
Quebrar cadeias ou grilhões de amor”.

Não nos foi possível encontrar o resto da poesia, mas basta esta quadra para demonstrar uma perfeita identidade com a canção *Serena Estrela* e a poesia dos Quebra-Quilos. Além do mesmo estilo, métrica e recursos adotados, nota-se a repetição de pelo menos uma palavra, empregada para tirar o mesmo efeito. Basta comparar:

“Quebra-Quilo”:  
“E ao quebra-quilo desonrado, louco  
É tudo pouco, quanto a infâmia faz...”

“Canto da Cigarra”:  
“Maldito o canto que a cigarra estala  
E a tudo fala de tristeza e dor...”

Parece-nos que as duas estrofes saíram da mesma cabeça, mas, de positivo, nada se pode afirmar sobre a autoria da poesia Quebra-Quilo; as chamadas “rimas encadeadas”, que se notam em todos os versos referidos, caracterizavam o estilo “ultra-romântico”, adotado por alguns poetas portugueses até meados do século dezanove.

Diz Coriolano de Medeiros

“que os versos, passando de boca em boca, foram o único epitáfio que se levantou do infeliz Quebra-Quilo”;

na verdade, porem, a revolta dos matutos teve efeitos bem mais objetivos. Apesar da violenta repressão, o Dr. Silvino Elvídio teve de recuar no seu absurdo recrutamento e cobrança de impostos, como se vê dos seguintes expedientes:

“Gabinete da Presidência da Paraíba, 1º de março de 1875.  
“Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João José de Oliveira  
Junqueira.

“Para que V. Excia. avalie devidamente a improcedência de um dos pretextos dos sediciosos, tenho a satisfação de sub-

meter à ilustrada apreciação de V. Excia. uma nota dos novos impostos municipais”.

Na relação dos impostos, pelo menos o “imposto por carga exposta nas feiras” (o chamado imposto do chão), que em alguns municípios, como Areia, eram cobrados na base de cem réis (um tostão), baixou para quarenta réis (dois vinténs).

E ainda este outro:

“Gabinete da Presidência da Paraíba, 4 de setembro de 1875.

“Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Duque de Caxias.

“Tenho a satisfação de comunicar a V. Excia. que continuam inalteradas, nesta Província, a ordem e tranquilidade públicas.

“A execução da nova lei do recrutamento não encontra embaraço sério em parte alguma. Os trabalhos das Juntas Paroquiais de alistamento têm sido adiados em várias localidades, já pela ausência ocasional de alguns dos respectivos membros, já por falta ou insuficiência das listas dos cidadãos aptos para o serviço militar. A população do interior, em geral, repugna fazer-se alistar, de sorte que o trabalho dos inspetores de quartirão é deficiente e às vezes até nulo”.

A linguagem do Dr. Silvino Elvídio já é outra, mas aproveita a oportunidade para denunciar a administração de José Bernardo Galvão Alcoforado na presidência da província do Rio Grande do Norte:

“Tenho providenciado eficazmente para vencer os obstáculos (continua o Dr. Silvino); o que espero alcançar sem o emprego de meios repressivos. Consta-me, porém, que em duas comarcas da vizinha província do Rio Grande do Norte a resistência popular tem-se manifestado por sanguinários conflitos, que podem, talvez, propagar-se a esta província limítrofe; asseguro a V. Excia. que estou prevenido e não pouparei esforços, como é do meu rigoroso dever, para manter a ordem pública. Pode o Governo Imperial ficar tranquilo a este respeito” (65).

O Quebra-Quilo foi o protesto dos matutos “contra os doutores”, que os afligiam com imposições absurdas. João Carga d’Água e milhares de homens do povo dominaram cidades e povoações, limitando-se a queimar os arquivos, como repulsa ao Estado, que só os procurava

---

(65). — Arquivo Nacional, vol. XXXIV, ps. 153 e 162 *ob. cit.*

para impostos e recrutamento. A rebeldia lhes custou muitos sacrifícios, mas não deixou de ter alguns resultados positivos, e serviu para demonstrar que os matutos tinham capacidade de reivindicar direitos, princípio básico para o desenvolvimento de toda organização social.

Dos estudos a que nos referimos, parece-nos que foi Simão Patriício quem melhor viu a profunda significação do Quebra-Quilo:

“No mar revolto das paixões foi desvirtuado esse popular gesto patriótico, que devemos reivindicar para a história como uma forte manifestação da personalidade coletiva” (66).

\*  
\*  
\*

#### LIVROS E DOCUMENTOS CONSULTADOS.

- Notas Sôbre a Parahyba.* Irenêo Joffily. Edição do Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 1892.
- Datas e Notas para a Historia da Parahyba.* Irineu Ferreira Pinto. Imprensa Official. Parahyba do Norte. 1º volume em 1908 e 2º volume em 1916.
- Brejo de Areia.* Horácio de Almeida. Editado pelo MEC. Rio de Janeiro. 1957.
- Ensaio e Estudos.* Capistrano de Abreu. Typographia Barthel. Rio de Janeiro, 1932.
- Annaes da Cammara dos Deputados.* discursos do deputado João Florentino Meira de Vasconcellos, 21 de janeiro e 24 de março de 1879.
- Collecção das Leis do Imperio do Brazil.* Typographia Nacional, 1850, 1852, 1871, 1874 e 1875.
- A Parahyba e seus Problemas.* José Américo de Almeida, Imprensa Official (Parahyba). 1923.
- Folk-Lore Pernambucano.* Francisco Augusto Pereira da Costa, Rio de Janeiro, 1908.
- Martin Fierro.* Jose Hernández, reprodução da obra de 1872.
- Apanhados Historicos da Parahyba.* Celso Mariz, Imprensa Official, Parahyba, 1823.
- Tobias Barretto, Obras Completas.* edição do Estado de Sergipe, 1926.
- Quebra-Quilos.* Coriolano de Medeiros. Revista do Instituto Histórico Parahybano, vol. 4º, 1912.
- Quebra-Quilos, Relatório do Comandante das Forças,* publicação do Archivo Nacional, Vol. XXXIV. 1937.
- História de Campina Grande.* Elpídio de Almeida. Paraíba, 1962.

---

(66). — *Ob. cit.*, p. 74.

- The Destruction of Brazilian Slavery*. Robert Conrad, University of California Press, 1972.
- Sedição dos Quebra-Quilos*. Simão Patrício Netto, Revista do Instituto Histórico Parahybano, vol. 6º, 1928.
- Notas sobre a Vida do Padre Ibiapina*. Conego José Paulino Duarte da Silva, Parahyba, 1915.
- Bacharéis Paraibanos de Olinda e Recife*. Apolônio Nóbrega, Revista do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 262, 1964.
- Relatorio Sôbre a Provincia da Paraíba*. Engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba. publicano na Gazeta da Parahyba a partir de 1º de setembro de 1888.

\*

**JORNAIS.**

- Commercial Parahybano*. 1860.
- A Regeneração* (Parahyba). 1861.
- O Tempo* (Parahyba). 1865, 1867 e 1874.
- O Publicador* (Parahyba), 1868 e 1872.
- Jornal da Parahyba*, 1870, 1874 e 1875.
- Correio Mercantil* (Parahyba), 1867.
- Gazeta Juridica*. Rio de Janeiro, ano 1º 1873.
- Diário de Pernambuco*. 1874.
- A Nação* (Rio de Janeiro). 1874.
- A Reforma* (Rio de Janeiro). 1874.
- Gazeta do Sertão* (Campina Grande, Parahyba), 1888 e 1889.